cigás Companhia de Gás do Amazonas

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE 2018

UMA NOVA ENERGIA PARA O VAREJO

2018

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE

UMA NOVA ENERGIA PARA O VAREJO

cigás

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente do Conselho Administrativo 06
Mensagem da Diretoria 09
A Cigás 10
Gestão estratégica, o combustível para aperfeiçoar a governança 33
Segurança e Excelência Operacional 51
Meio Ambiente e Responsabilidade Social 56
Demonstrações Financeiras 67

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

O gás natural se reveste de tamanha importância estratégica para o Estado do Amazonas, na medida em que se apresenta como possibilidade concreta de ser novo e importante vetor de crescimento econômico... Nesse cenário a Cigás possui papel de destaque na consecução desse objetivo, vez que sobre essa concessionária de serviços públicos estão concentradas as atenções para o atendimento com qualidade e segurança todas as demandas existentes ou que venham a ser criadas em nosso Estado, desse limpo e precioso combustível.

Ainda que seja um mercado relativamente recente, pois somente a partir de 2010 foi possível contar com tal insumo em nossa capital, o Estado do Amazonas já possui consumidores nos mais diversos segmentos, incluindo o de varejo.

O desafio é vencer algumas barreiras, sobretudo àquelas de ordem cultural, porque ainda se trata de uma novidade na nossa região, com projetos e intervenções diferenciadas, que não abrem mão da qualidade e eficiência.

Progredir exponencialmente ao longo dos últimos oito anos foi resultado de decisões inteligentes, planejadas e visando a sustentabilidade de uma empresa que prima pela governança corporativa. O respeito às diretrizes, bem alinhadas e disseminadas pelos colaboradores, tornou a Cigás uma empresa coesa, respeitadora dos anseios de partes interessadas e que atua pensando, fundamentalmente, em fomentar o desenvolvimento do Estado.

A missão de levar o gás natural ao consumidor do Amazonas desafia a Cigás a inovar permanentemente. Para isso, executa trabalho criativo e personalizado aos clientes, singulares pela diversidade de segmento de atuação e processos produtivos. A preocupação é sempre com o objetivo final, sem desviar do caminho ético, proativo e assertivo diante dos parceiros.

O ano de 2018 foi mais uma prova de sucesso na história do gás natural no Estado: enquanto 65% da energia consumida em Manaus são gerados a partir desse combustível, as principais indústrias do PIM, shoppings, postos, hotéis, restaurantes, outros comércios e as primeiras residências já estão sendo abastecidas. Todos os principais segmentos estão contemplados e o momento é de massificação do fornecimento. Foram 1.195 clientes contratados até o período, reservando, para os próximos anos, horizonte muito promissor a milhares de cidadãos, iniciando pela zona Centro-sul da capital amazonense.

Para continuar nesse ritmo, a Cigás seguirá firme com a missão de promover soluções energéticas, como resultado de um trabalho em equipe e voltado à singularidade de cada cliente, com foco em qualidade, para garantir confiabilidade no produto gás natural e no fornecimento. Uma empresa comprometida com o bem-estar da população do Amazonas, oferecendo soluções técnicas, práticas e econômicas para garantir o fornecimento da energia que já impulsiona o progresso do Estado.

Samuel Hanan
Presidente do Conselho de Administração da Cigás

José Ricardo dos Santos Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

Heraldo Beleza da Câmara
Diretor-Presidente

Clovis Correia Jr.
Diretor Técnico e Comercial

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Cigás deu início no ano de 2018, ao maior desafio de sua ainda curta história de serviços prestados ao estado do Amazonas: a oferta de gás natural para canalizado tanto para o segmento comercial quanto para condomínios residenciais ds cidade de Manaus. Assim é que no refiro exercício foram contratados em diversos segmentos cerca 1.195 novos clientes, com 181 unidades consumidoras já regulamente atendidas. Um marco que enseja motivo de orgulho para cada colaborador da Companhia, que tem como premissa, uma atuação visando um crescimento gradativo, responsável e cada vez mais próximo ao cidadão amazonense.

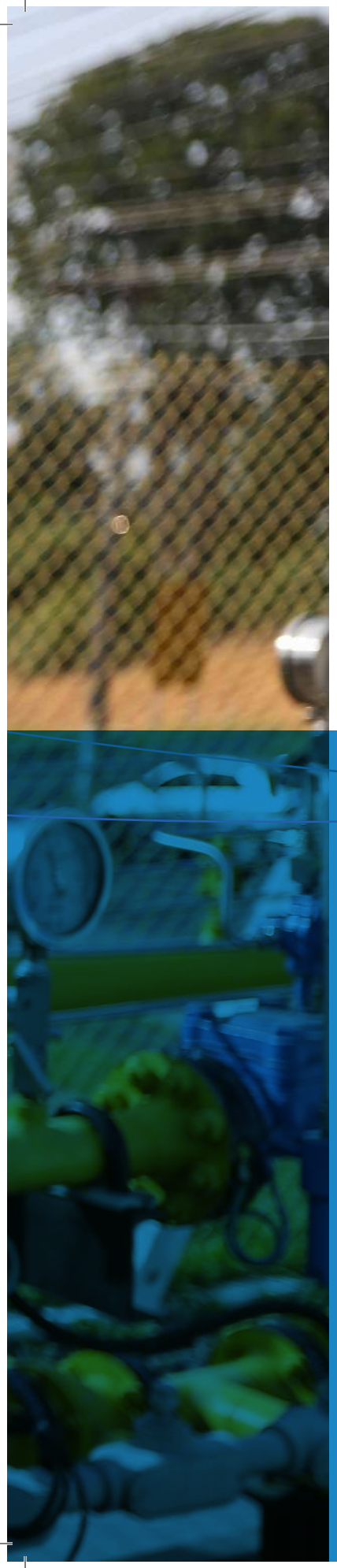
É justa e perfeitamente compreensível, a expectativa que auscultamos da população, em traduzir esta crescente oferta do gás, em economia e desenvolvimento. E esse sentimento move a Companhia, que trabalha incansavelmente para expandir cada vez mais o leque de atendimento, sem jamais abdicar do respeito que merecem nossos clientes, verdadeiros parceiros na preservação do patrimônio público. Desafios que, ao longo de oito anos de operações comerciais, forjou uma empresa cada vez mais focada em buscar incessantemente a superação.

A expansão em novos 22 quilômetros de rede de distribuição teve origem na segunda etapa de obras no bairro Nossa Senhora das Graças (Conjunto Vieiralves), onde as primeiras residências a receberam o gás natural estão no Condomínio Residencial Saint Valery, na Rua Salvador. Uma realidade prestes a se tornar realidade para os moradores dos demais Condomínios e comerciantes do bairro, que paulatinamente vão se aderindo à novidade, pela constatação da economia e menos riscos com o fim de abastecimento por caminhões.

Em agosto, o estado obteve o registro do maior consumo de gás natural na soma de todos os segmentos. O marco refletiu os esforços da Companhia na expansão estratégica da rede, visando atender regiões com alto potencial de consumo. A economia real percebida pelos clientes atendidos é estímulo para que haja adesão de um número cada vez maior de empresários. Em pouco tempo de consumo, estabelecimentos como o Hotel Holiday Inn já relatam o retorno do investimento e uma economia crescente, afinal, quanto maior o consumo, mais barata é a tarifa do combustível.

Em setembro, foi a vez do Millenium Shopping se tornar o mais novo cliente de grande porte da Cigás, com projeções animadoras de economia e melhoria dos processos a partir do fornecimento canalizado. O ano de 2018 chegou ao fim com estimativas exponenciais e parcerias encaminhadas para novos negócios com indústrias, shoppings, hotéis, condomínios, comércios em geral, entre outros. A Cigás está umbilicalmente ligada aos clientes, parceiros e, cada vez mais, ao cidadão amazonense, num elo que promete se estreitar ainda mais em 2019

A CIGÁS



Promovemos **soluções energéticas** a partir do gás natural com o foco voltado para excelência operacional

A Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) é responsável exclusiva pela distribuição e comercialização do gás natural no Estado do Amazonas, oferecendo as melhores soluções energéticas para aplicação do combustível nos diversos segmentos, atentendo e compreendendo a necessidade dos seus clientes, colaboradores e acionistas contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do Amazonas.

A Companhia tem o desafio de tornar a matriz energética do estado cada vez mais econômica, segura e versátil, sempre focando em processos e buscando atribuir maior eficiência na prestação dos serviços. A rede de distribuição é monitorada 24 horas por dia e sete dias por semana para um fornecimento contínuo e seguro, garantindo maior conforto ao consumidor.

NOSSA TRAJETÓRIA

1995 — Criação da Cigás

2009 — Conclusão do gasoduto Coari-Manaus

2010 — Início da operação comercial da Cigás

2011 — Ampliação de consumo no segmento termoelétrico e veicular

2012 — Início de atendimento ao segmento Industrial

2013

Ampliação da Rede no Distrito Industrial para atendimento das indús-trias da região.

Início de Estudos de Cogeração*

2014

Consolidação do Segmento Industrial

Estudo do Gás Natural Hidroviário

2015

Programa de Incentivo ao GNV

2016-2017

Foco no Segmento Comercial / Residencial (infraestrutura)

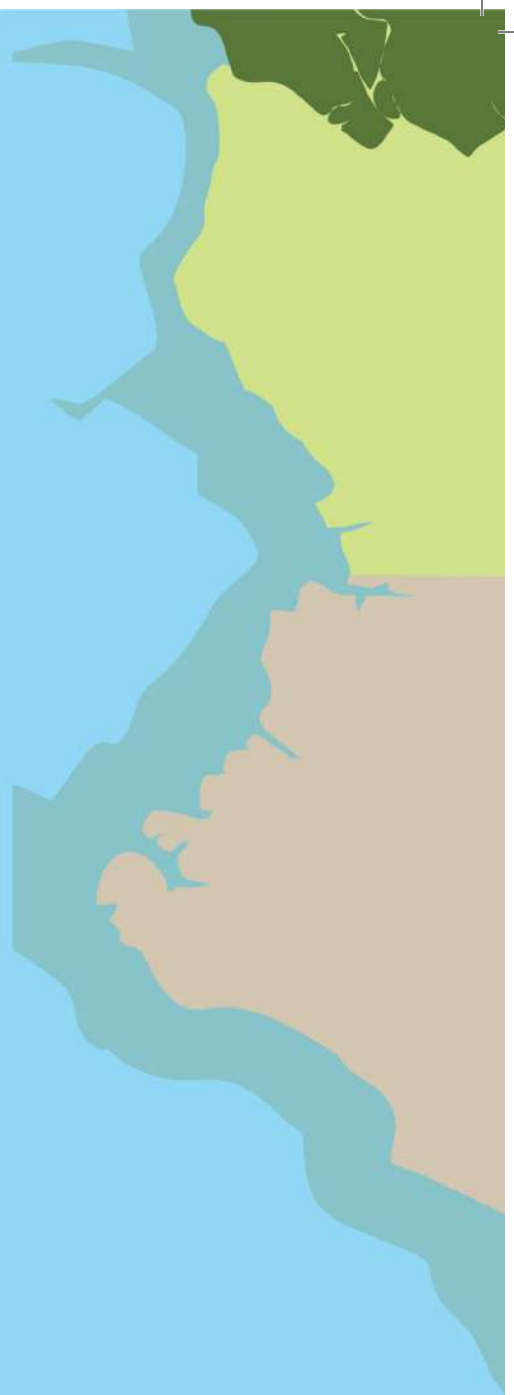
Período de construção de gasoduto para atendimento aos segmentos comercial e residencial

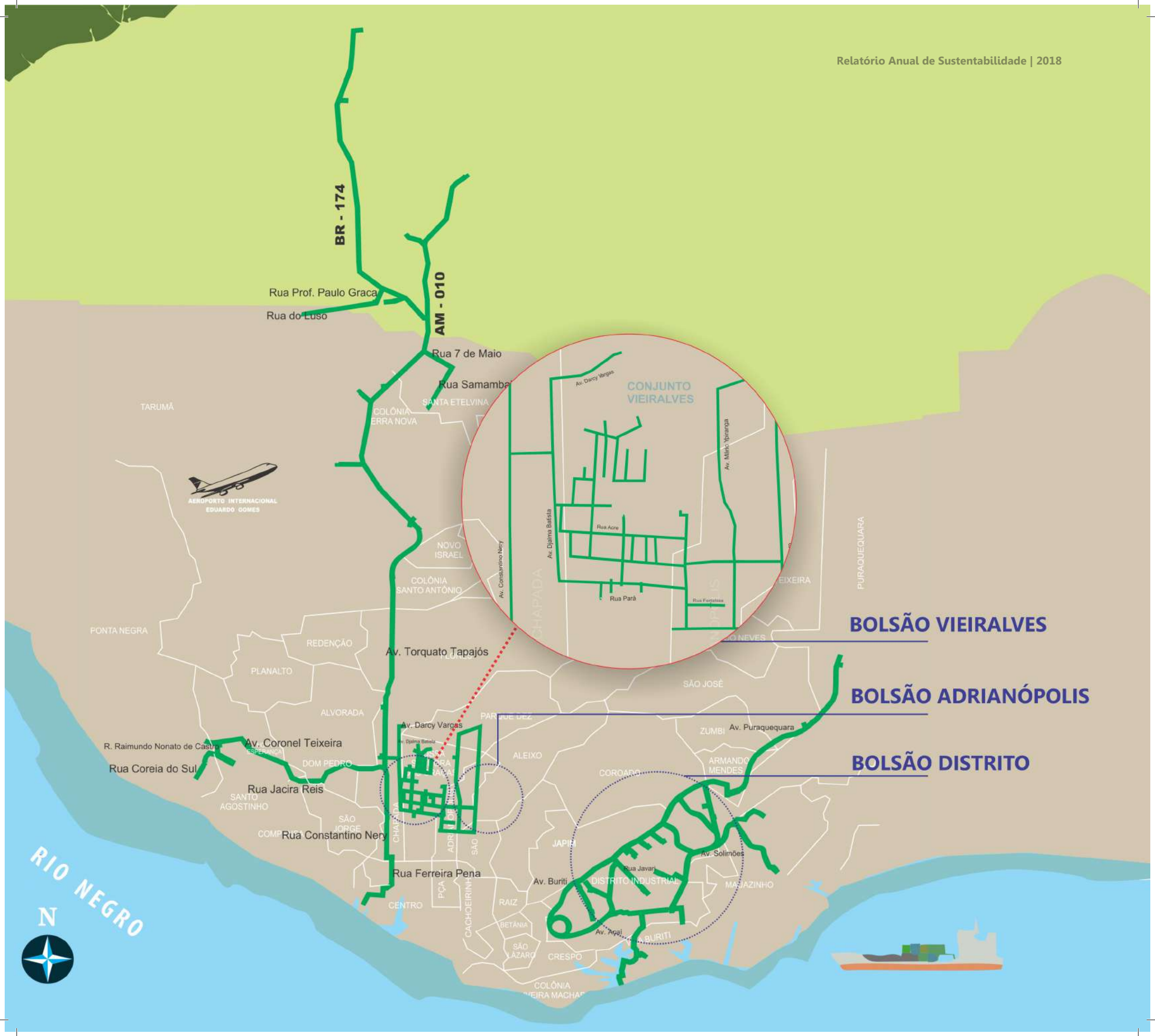
2018

Foco no Segmento Comercial /Residencial

1.195 Clientes Contrata-dos, incluindo 181 unidades consumidoras

MAPA DE ATUAÇÃO




BR - 174
AM - 010
Rua Prof. Paulo Graça
Rua do Luso
Rua 7 de Maio
Rua Samamba
SANTA ETELVINA
COLÔNIA TERRA NOVA
TARUMÃ
AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES
NOVO ISRAEL
COLÔNIA SANTO ANTÔNIO
PONTA NEGRA
REDENÇÃO
PLANALTO
ALVORADA
Av. Torquato Tapajós
Av. Darcy Vargas
Av. Coronel Teixeira
R. Raimundo Nonato de Castro
Rua Coreia do Sul
DOM PEDRO
Rua Jacira Reis
SANTO AGOSTINHO
SÃO JORGE
Rua Constantino Nery
Rua Ferreira Pena
CENTRO
CACHOEIRINHA
RAIZ
BETÂNIA
SÃO LÁZARO
CRESPO
COLÔNIA VIEIRA MACHADO
ALEIXO
PARQUE DEZ
SÃO JOSÉ
ZUMBI
Av. Puraquequara
ARMANDO MENDES
COROADO
JAPIIM
Av. Buriti
DISTRITO INDUSTRIAL
Rua Javari
Av. Solimões
MANAZINHO
Av. Açaí
BURITI
RIO NEGRO
N
CONJUNTO VIEIRALVES
Av. Darcy Vargas
Av. Mário Ypiranga
Av. Djalma Batista
Av. Constantino Nery
Rua Acre
Rua Pará
Rua Fortaleza
CHAPADA
EIXEIRA
PURAQUEQUARA
BOLSÃO VIEIRALVES
BOLSÃO ADRIANÓPOLIS
BOLSÃO DISTRITO

Segmentos de atuação

INDÚSTRIA

Utilizado nos mais variados processos produtivos que necessitam de produção de vapor, calor, frio, geração de energia e precisão de temperatura.

COMERCIAL

Destinado a estabelecimentos comerciais para utilização em fogões, fornos, secadoras, aquecedores, refrigeração, geradores de energia elétrica, dentre outros.

RESIDENCIAL

Utilização em fogões, fornos, aquecedores, churrasqueiras, geração de energia, dentre outros usos.

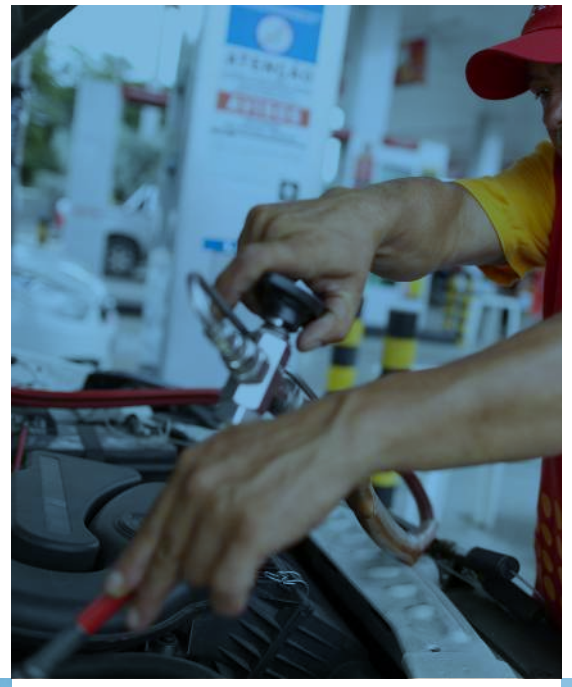
VEICULAR

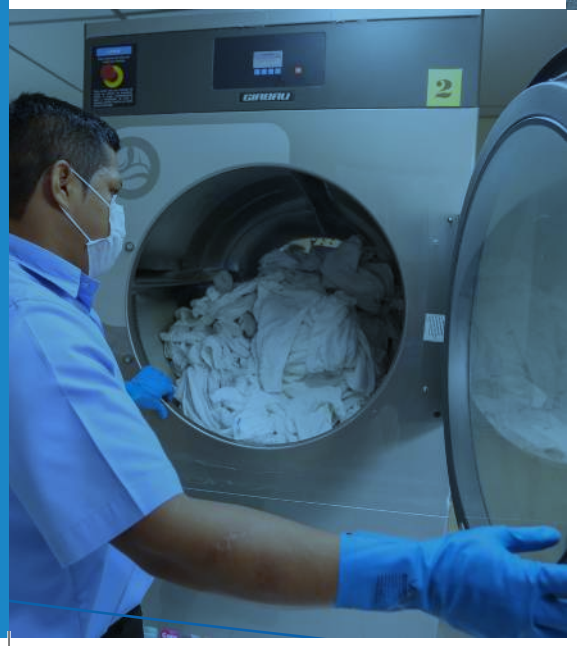
Utilizado em veículos como combustível, o gás natural pode garantir até 40% de economia em relação a gasolina, aumentando a eficiência do carro. Em Manaus, são 5 postos disponíveis para abastecimento dos veículos convertidos.

Benefícios do gás natural

O Gás Natural, comparado as tradicionais fontes energéticas, possui características que lhe conferem vantagens tanto no aspecto ambiental quanto em relação à segurança, praticidade e fornecimento:

- A queima é limpa, gerando grande quantidade de energia;
- Por ser mais leve que o ar, se dissipa rapidamente e diminui a ocorrência de explosões;
- É menos poluente que as fontes energéticas tradicionais, como óleo combustível, diesel e carvão;
- Reduz a corrosão e aumenta a vida útil dos aparelhos eletrodomésticos;
- Representa energia ininterrupta aos usuários residenciais, da indústria e do comércio;
- Variedade de aplicações;
- Não é tóxico;
- Possibilita ao usuário obter as vantagens previstas no Protocolo de Kyoto.





COMPOSIÇÃO

Conselho de Administração

Samuel Assayag Hanan
Membro Titular/Presidente

Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Membro Suplente

Cristovão Marques Pinto
Membro Titular

Jefferson de Oliveira Carlos
Membro Suplente

José Ricardo de Freitas Castro
Membro Titular

Hiran de Souza Queiroz
Membro Suplente

Hermano Darwin Vasconcellos Mattos
Membro Titular

Paulo Alexandre Carvalho Guardado
Membro Suplente

Luis Antônio de Mello Awazu
Membro Titular

Luis Alberto de Fischer Awazu
Membro Suplente

Conselho Fiscal

Heloysa Simonetti Teixeira
Membro Titular

Viviane Vieira de Souza
Membro Titular

André Luiz Duarte Teixeira
Membro Suplente

André Gustavo Lins de Macêdo
Membro Titular

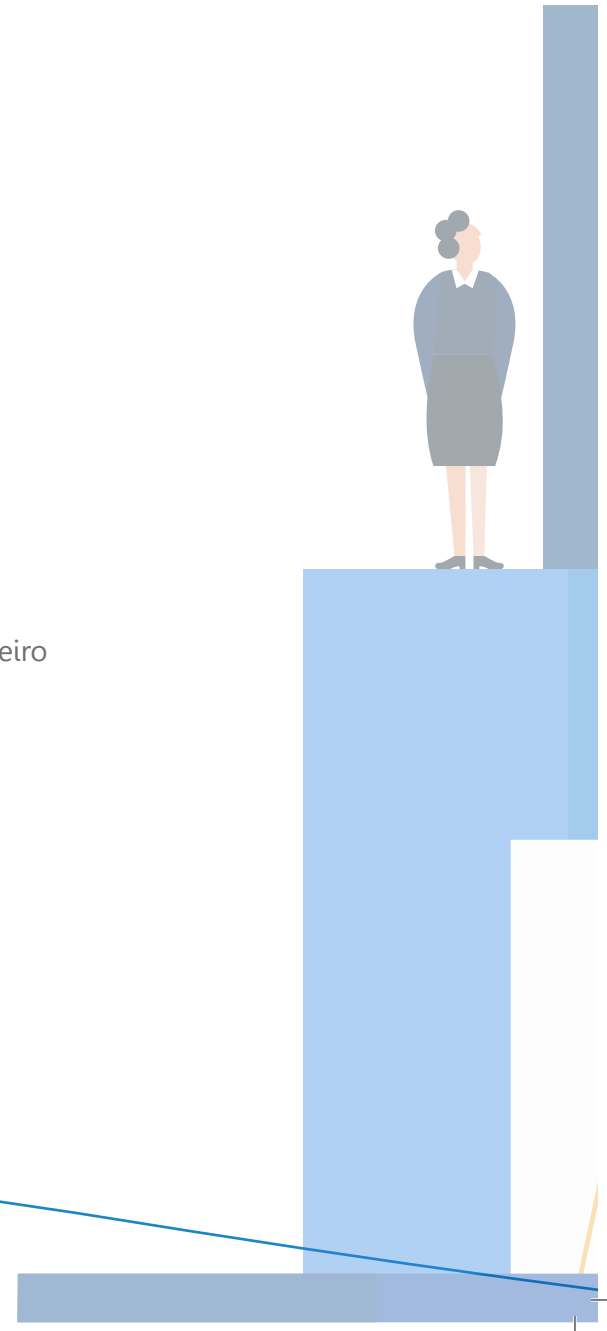
Wilian Calixto de Assis
Membro Suplente

Diretoria Executiva

Heraldo Beleza da Câmara
Diretor Presidente

José Ricardo dos Santos Neto
Diretor Administrativo e Financeiro

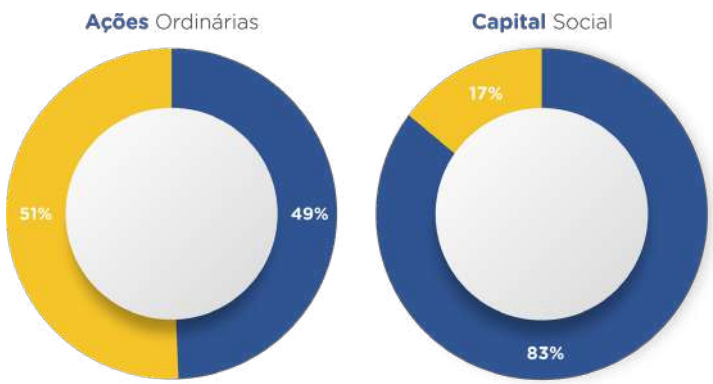
Clovis Correia Junior
Diretor Técnico e Comercial



Gerências e Assessorias

Assessoria de Planejamento (APLAN)
Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOI)
Comissão Permanente de Licitação (CPL)
Coordenação de Recursos Humanos (RH)
Gerência Financeira (GEFIN)
Gerência Técnica e Comercial (GETEC)
Gerência de Contratos e Relacionamento (GECOR)
Gerência Contábil (GCONT)
Gerência Jurídica (GEJUR)
Gerência de Operações (GEOPE)
Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (GQSMS)
Gerência de Tecnologia da Informação (GETIN)
Ouvidoria

Composição Acionária



Manausgás S.A.
Governo do Amazonas

CIGÁS EM NÚMEROS

3.913mi
m³/dia

115
Km de rede construída

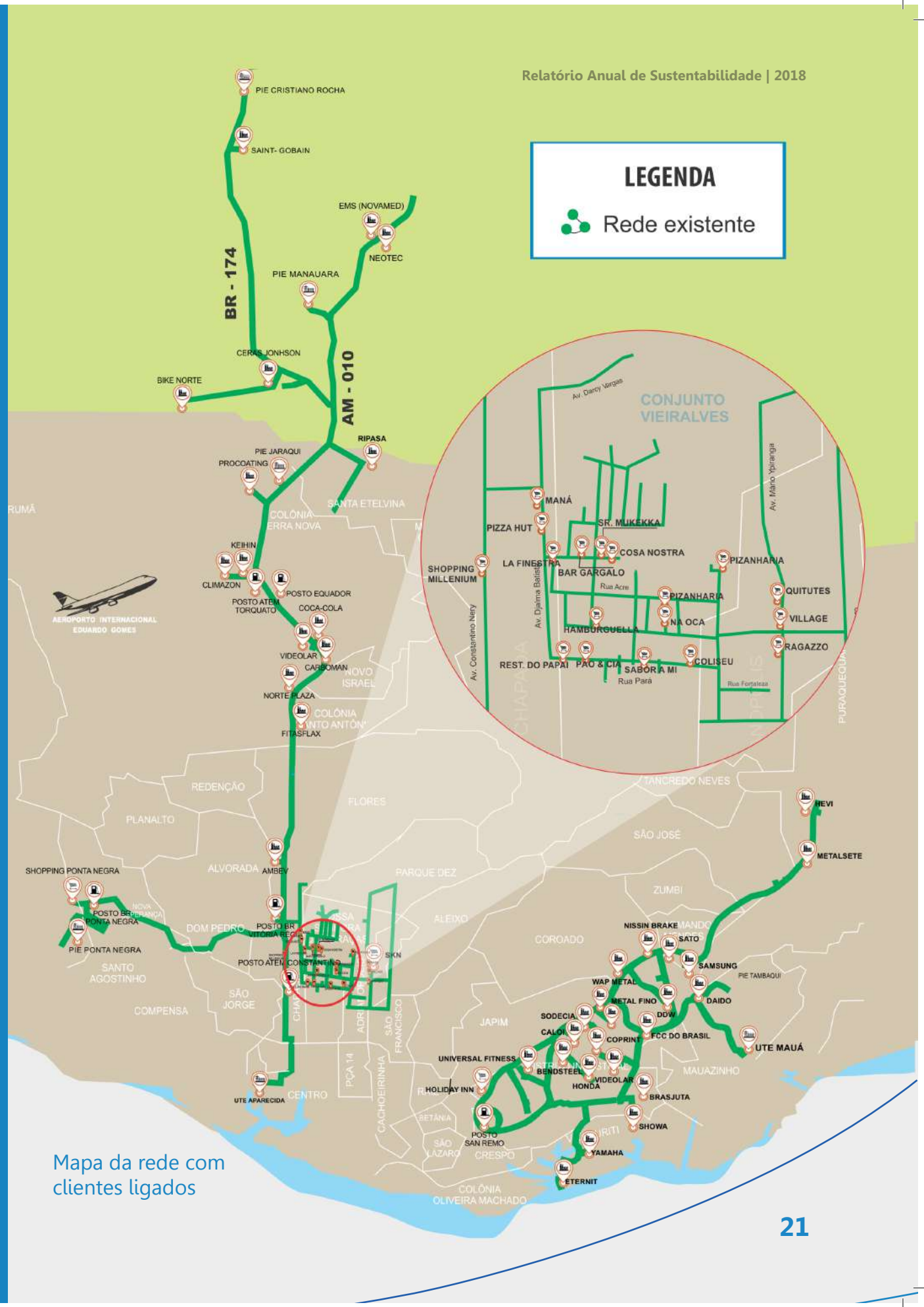
1195
unidades consumidoras contratadas

98,1%
satisfação do cliente

Crescente

Investimentos da ordem de R$ 250 milhões e uma rede de distribuição de 115 quilômetros. Desde o início das operações até o final de 2018, o gás natural está cada vez mais acessível a um número crescente de consumidores dos mais diversos segmentos de mercado. Ao todo, a Cigás possui 1.195 unidades consumidoras contratadas e estima-se que até o fim de 2019 esse número dobre. A média de volume comercializado em 2018 foi 3,913 milhões de m³/dia.

Com o aumento de clientes, volume e quilômetros de rede, a Cigás vem caminhando a passos largos para realizar seu objetivo de consolidar o gás natural como uma solução energética para o estado.

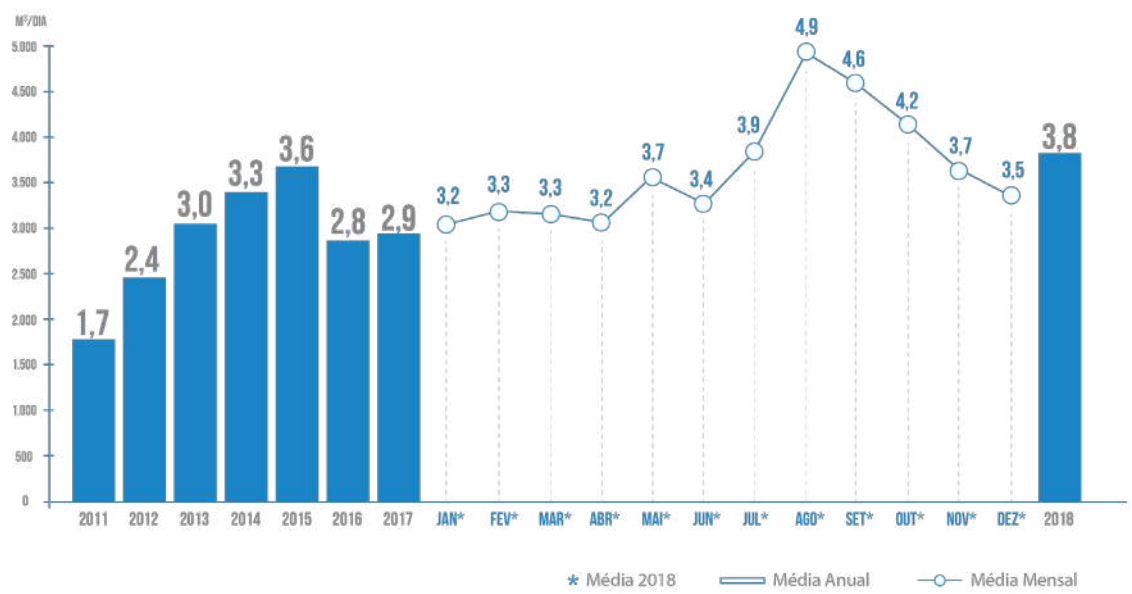


Mapa da rede com clientes ligados

Segmento Térmico

Além dos esforços concentrados para atendimento ao varejo, outro fator foi fundamental para o sucesso obtido em 2018: a entrada da usina termelétrica UTE Mauá 3 na carteira de clientes da Companhia. Localizada no bairro Mauazinho, a usina incrementou o volume comercializado e possibilitou o crescimento de 30% em comparação ao ano anterior, atingindo o volume médio de 3.913 mil m³/dia (metro cúbicos por dia). Em agosto, a Cigás alcançou o patamar de 4.918.091 mil m³, volume máximo comercializado pela Companhia neste segmento desde o início das suas operações.

VOLUME DE VENDAS SEGMENTO TÉRMICO
MÉDIA 2011-2018

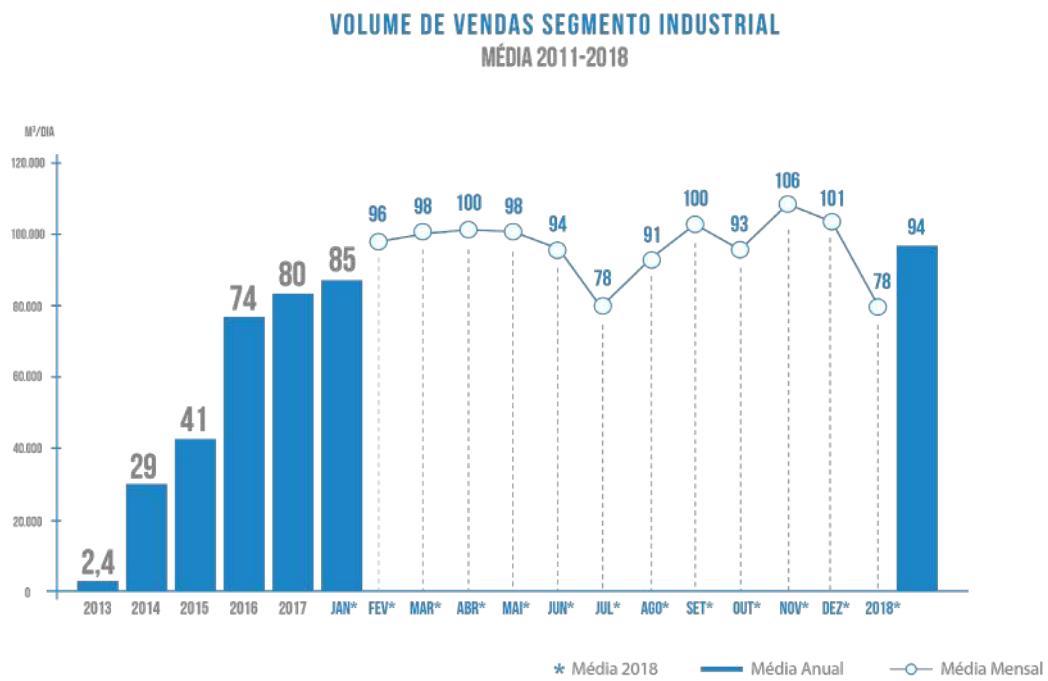


Usina Termelétrica de Aparecida, Manaus

Metal Sete

Segmento Industrial

Em 2018, mais 9 empresas foram contratadas no segmento industrial, totalizando 49 clientes industriais. Empresas como Britânia, Itam, Koretech e 3 Corações tiveram início de consumo e estão usufruindo das vantagens associadas ao uso do gás natural. Além dessas adesões, indústrias já conectadas à rede de distribuição aumentaram o consumo, demonstrando que aos poucos estão se recuperando da recessão econômica com a contribuição do gás natural, um verdadeiro aliado para a retomada do crescimento.

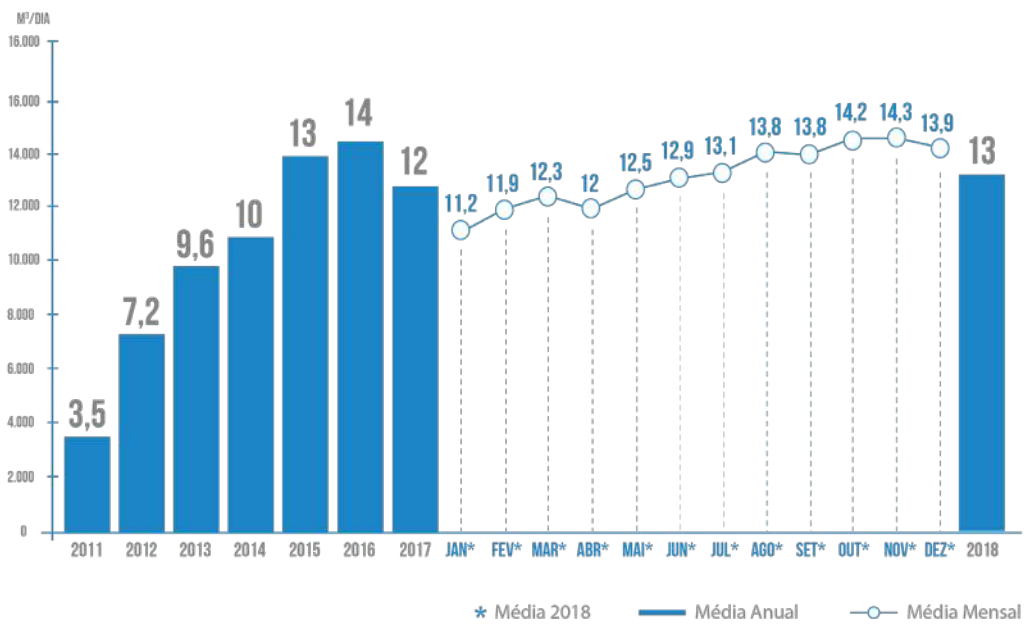


Segmento Veicular

O segmento veicular conta com 5 postos combustíveis fornecendo o Gás Natural Veicular – GNV na cidade de Manaus e o volume médio de venda em 2018 foi de 13 mil m³/dia, aumento de 3,1% se comparado com o que foi comercializado em 2017.

O elevado custo para conversão do veículo e a falta de pontos de abastecimento em áreas mais populosas, são os principais entraves para o crescimento exponencial desse segmento.

VOLUME DE VENDAS SEGMENTO VEICULAR
MÉDIA 2011-2018



UMA NOVA ENERGIA PARA O VAREJO

Francisca de Oliveira, atendente na Lavanderia Atlanta, cliente Cigás do **segmento comercial**

Em 2018, o gás natural passou a ser a nova fonte de energia de comerciantes e moradores dos bairros Vieiralves e Adrianópolis, em Manaus. Em acordo com o plano de expansão, o modelo de negócio da Companhia visa à abrangência da rede para mais regiões com perfil de empreendimentos viáveis, a fim de que novos clientes passem a ser beneficiados pela economia, segurança e versatilidade do combustível.

Áreas com grande potencial de consumo são classificadas como bolsões, nomenclatura utilizada para identificar regiões de grande densidade de condomínios verticais, zonas comerciais cuja predominância dos estabelecimentos tenham aplicabilidade do gás natural em sua rotina, ou até mesmo locais com presença de indústrias.

O segmento de mercado chamado varejo abrange clientes comerciais e residenciais e tem se desenvolvido desde 2016. Todos esforços são concentrados na ampliação dos horizontes de mercado por meio do desenvolvimento de estratégia comercial voltada para levar essa fonte de energia cada vez mais próxima do cotidiano do amazonense.

Foram 406 novas unidades consumidoras contratadas, dentre os quais estão 1 supermercado, 2 hotéis, 2 shoppings e 4 são condomínios residenciais.

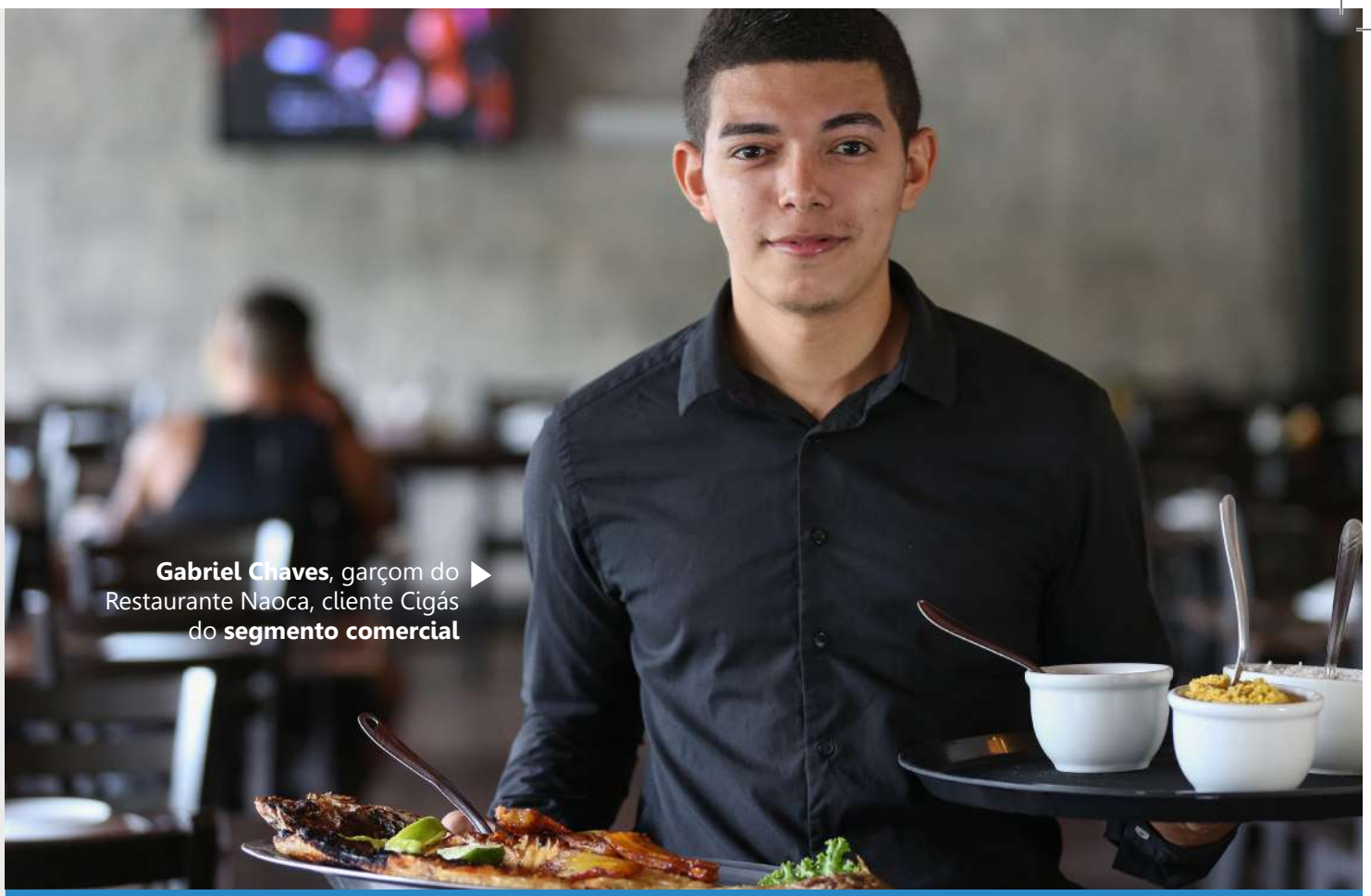
Investimentos no Varejo

1,4mi
materiais

11,4mi
serviços

12,8mi
total de investimentos

22Km
de rede construída



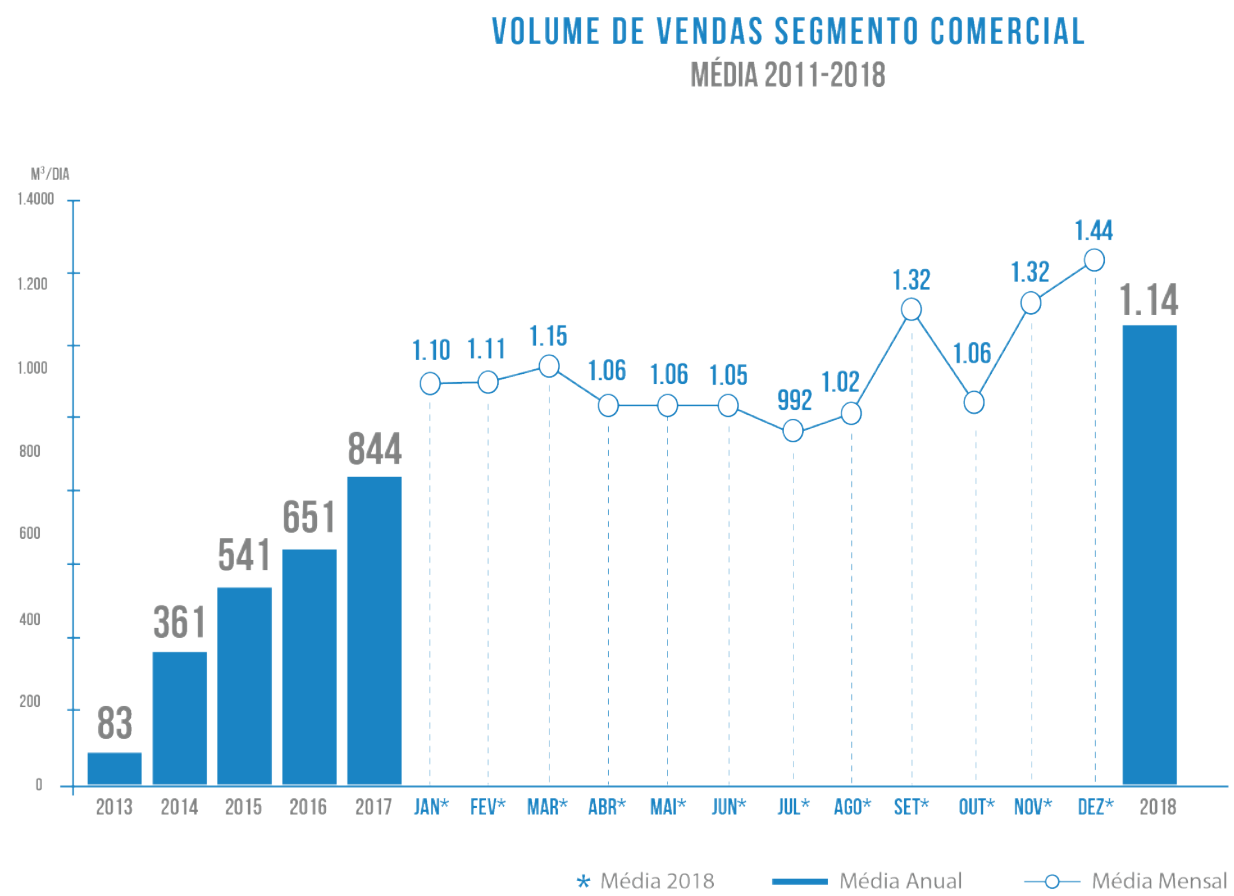
Gabriel Chaves, garçom do Restaurante Naoca, cliente Cigás do **segmento comercial**

Levar o gás natural para o novo segmento de atuação não foi um desafio simples. Investimentos em treinamento, mão de obra, materiais e tecnologia foram necessários, além de planejamento assertivo das atividades a serem desenvolvidas, mapeamento de processos e controle gerencial. Barreiras culturais, de infraestrutura, dentre outros aspectos tornaram 2018 grandioso para a ampliação de clientes.

Com apenas 8 anos de atuação, a Companhia se empenhou em manter seu compromisso com o bem-estar da população em todos os aspectos e teve feedback positivo dos clientes quanto ao combustível e serviço.

O resultado foi a implantação de 22 quilômetros de rede em Manaus, distribuídas dentro dos bolsões, todas com método de construção não-destrutivo chamado furo direcional que reduz significativamente os danos ao meio ambiente. Importante destacar que a Cigás participa do Comitê de Obras Públicas Integradas (COPI), coordenado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Amazonas (ARSAM), e a parceria tem gerado bons frutos para o desenvolvimento dos trabalhos, não só da Companhia, mas de todos os entes públicos, ou não, que executam obras em vias públicas.

Segmento Comercial



O volume consumido por esse segmento apresentou crescimento de 46% em relação ao ano anterior, passando de 20 unidades consumidoras para 51 usuários que utilizam essa nova energia no seu cotidiano. O estabelecimento comercial que antes dependia de estoque de combustível para a sua produção, agora funciona com fornecimento contínuo.

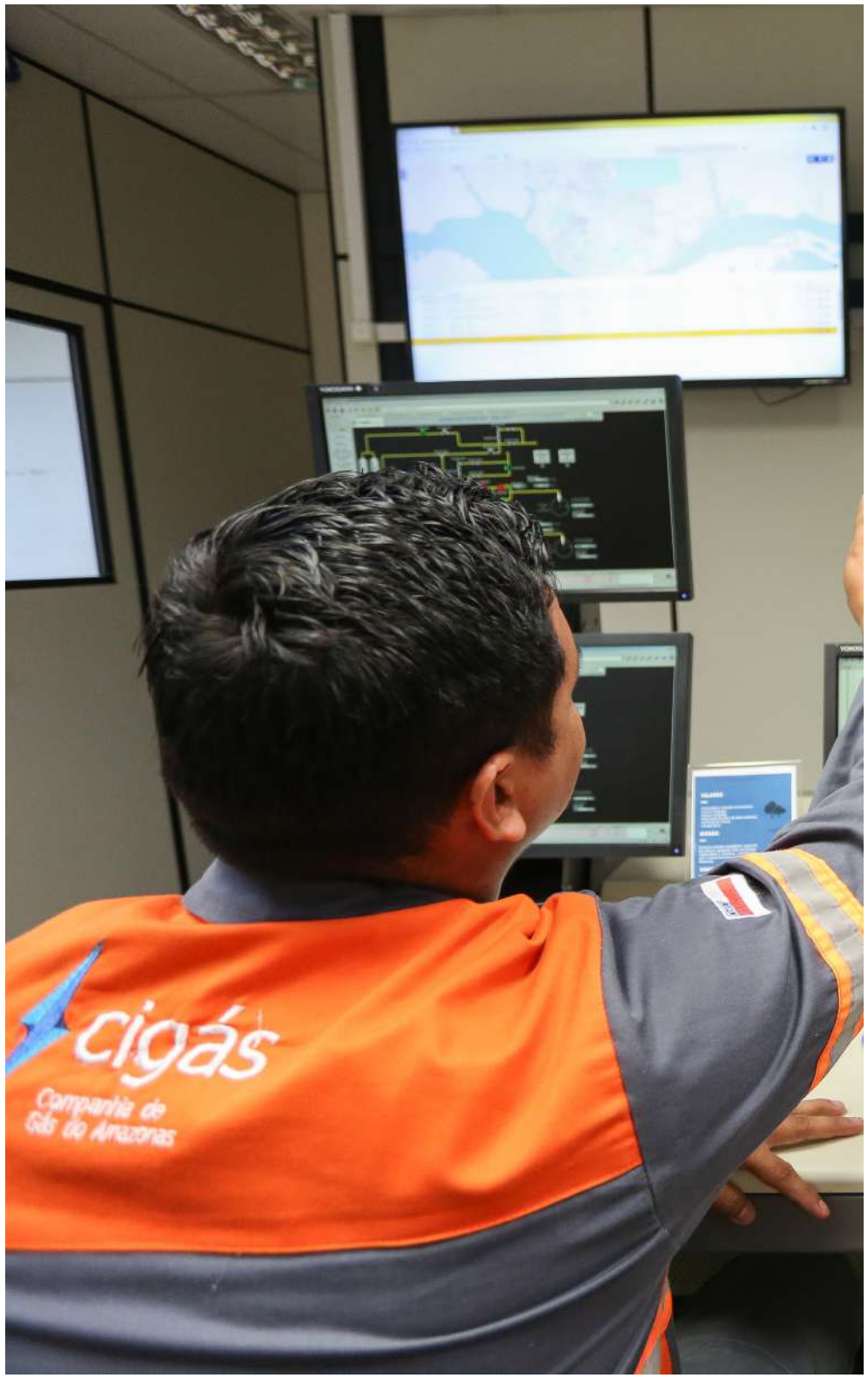
O abastecimento, outrora feito através de caminhões pesados, hoje é discreto e subterrâneo, com menos riscos.

Foco no atendimento

A cada novo segmento de mercado atendido, novas perspectivas de relacionamento são necessárias a fim de tornar a experiência do cliente melhor. Com a entrada do Varejo, o número de unidades consumidoras aumentou significativamente, e para que o padrão de serviço continue evoluindo, todos os processos foram revisados com o objetivo de melhorar o tempo de resposta às mais diversas solicitações. Mantendo sempre canais de comunicação disponíveis 24h, 7 dias por semana, prezando pela excelência operacional, a empresa mantém a satisfação de suas partes interessadas, atendendo as expectativas e necessidades identificadas.

08
reclamações recebidas pelo Serviço de Atendimento ao Cliente em 2018

98,1%
dos clientes indicariam a Cigás



Centro de Controle Operacional – CCO, monitoramento 24 horas por dia, sete dias por semana

Canais de atendimento ao cliente

Fale Conosco

Disponível no www.cigas-am.com.br, o interessado pode solicitar informações, fazer reclamações, denúncias, tirar dúvidas ou solicitar visita comercial.

117

O número do gás natural. utilizado para fazer qualquer tipo de solicitação.

Canal Cliente

Espaço voltado para o cliente ter acesso a suas faturas e informações de contrato.

ISSO É

EXCELÊNCIA

NOSSOS VALORES

- *Criatividade e inovação em processos;*
- *Foco no resultado;*
- *Pessoas realizadas;*
- *Preservação da vida e do meio ambiente;*
- *Satisfação do cliente;*
- *Transparência.*

NOSSA MISSÃO ISSO É COMPROMETIMENTO

Promover soluções energéticas, a partir do Gás Natural, agregando valor aos clientes, colaboradores e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Amazonas.

Gestão estratégica, o combustível para aperfeiçoar a governança

A estrutura de gestão da Companhia busca como referencial boas práticas de Governança Corporativa, para garantir maior transparência em seus processos e melhor desempenho e performance.

A implantação da área de controle interno, a evolução nas diretrizes organizacionais e melhoria das ferramentas de gestão deram a energia para que a Companhia executasse sua estratégia e alcançasse bons resultados.

Para a Cigás, solução energética é o resultado de um trabalho em equipe voltado à singularidade de cada cliente, com foco em qualidade, para garantir confiabilidade no produto gás natural e no fornecimento.

Para manter esse espírito no cotidiano, a Companhia adota desde 2015 o Programa Gestão Estratégica, voltado para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico e Disseminação do conteúdo para todos os colaboradores.

Revisado anualmente, o Planejamento Estratégico da Cigás concentra informações fundamentais para o crescimento da Companhia. Nele constam os objetivos, metas e indicadores relacionados a toda operação, bem como proporciona uma visão macro do negócio.

Mensalmente são realizadas reuniões de acompanhamento, chamadas de Avaliação Geral Mensal (AGM) onde por meio da metodologia de balanced scorecard as áreas da Companhia monitoram seus resultados, analisam causas dos desvios e propõem soluções aos desafios identificados. Este alinhamento faz com o que toda a companhia internalize a estratégia e redirecione nos casos que precisam da gestão da mudança.

Avaliação Geral Mensal (AGM), reunião de acompanhamento de indicadores

3ª Semana da Estratégia CIGÁS

A comunicação da estratégia aos colaboradores é um compromisso da Cigás para promover uma visão mais holística das atividades da Companhia de um modo geral. Consolidada no calendário de eventos, a Semana da Estratégia é o momento onde os colaboradores são convidados a ampliarem os horizontes operacionais de suas atividades e se veem como membro da estratégia da Companhia.

Já na sua terceira edição, o evento tem como principal objetivo sensibilizar os colaboradores para a importância de conhecer o planejamento estratégico da Companhia, facilitando a identificação de sua tarefa dentro do contexto organizacional e como elas se relacionam ao negócio. São realizadas palestras, trocas de experiências e informações por meio da feira departamental e jogos variados.

FOCO NA EXCELÊNCIA

A Cigás participa desde 2012 do Programa Parceiros para Excelência (PAEX) da Fundação Dom Cabral (FDC), motivo pelo qual vem aprimorando continuamente seu modelo de gestão. Dentre as atividades desenvolvidas por meio da parceria, as monitorias são atividades de destaque por possibilitarem a otimização de algum processo específico. Em 2018 foram realizadas monitorias na área de gestão de pessoas e na área de operação e manutenção.

103,19%

aproveitamento alcançado pela Cigás no que se refere aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Um dos temas primordiais dentro da programação da Semana é o Mapa Estratégico, diagrama que consolida todos os objetivos estratégicos dentro das perspectivas de Aprendizado e Crescimento, Processos, Valor para o Cliente e Financeira. Fruto do planejamento estratégico, o mapa é fixado no corredor principal da sede da Companhia para que seja de fácil acesso a todos.

Para tornar o processo ainda mais participativo, uma vez ao ano, durante a Semana da Estratégia, é realizada a chamada a Avaliação Geral Mensal (AGM) assistida, momento reservado para proporcionar ao colaborador a experiência de participar de uma reunião de análise de indicadores e outros resultados de sua área, bem como de discutirem com a diretoria da Companhia, as ações a serem desenvolvidas ou redirecionadas.

É o momento do colaborador viver "um dia de gestor".

Avaliação Geral Mensal (AGM) Assistida, oportunidade dos colaboradores viverem "um dia de gestor".

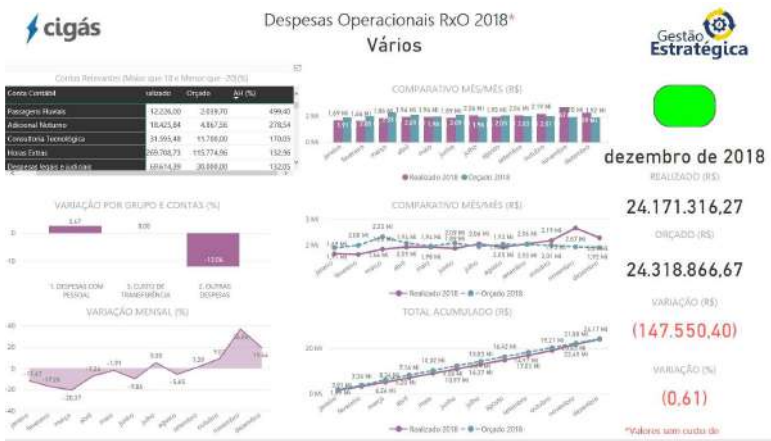
Entrega do Livro "Abre Aspas: Por empresários, para empresários", da Fundação Dom Cabral. Elenita Lacerda, Coordenadora de Planejamento, (2ª.da direita para esquerda) recebeu a homenagem em nome da Cigás.

Após 6 anos de atuação a Cigás tornou-se parte integrante do livro 'Abre Aspas - Por empresários, para empresários: prosperidade em doze histórias', que mostra os cases de sucesso da implementação das ferramentas de gestão oferecidas pela fundação. O lançamento do ocorreu no dia 1º de outubro, no segundo dia do III Fórum de Governança e Gestão, em Nova Lima, Minas Gerais. Por ser referência no PAEX a Companhia retrata, no capítulo dedicado a ela, como implantou a cultura da gestão estratégica dentro da organização e as melhorias obtidas a partir dessa mudança.

PowerBI

BUSINESS INTELLIGENCE

Ainda com o foco voltado em um modelo de gestão cada vez mais eficiente, a Cigás implantou em 2018, uma ferramenta de Business Intelligence para a análise de dados do controle orçamentário, volume, patimônio e outros da Companhia. Pertencente a suíte de aplicativos do Office 365, plataforma já adotada pela Cigás há dois anos, no caso do controle orçamentário, o PowerBI extrai as informações da base de dados dos sistemas da Companhia e organiza por meio de Dashboards (painéis) dinâmicos com as informações das despesas realizadas versus orçadas, separadas por mês e departamento.



A solução foi customizada pela própria Cigás, com capital intelectual interno, que conseguiu com baixo custo, tornar os dados gerenciais disponíveis na palma da mão em tempo real, a ferramenta possibilita, também, o acesso em smartphones.

A iniciativa foi positiva e permitiu o planejamento da próxima etapa desse projeto, que estenderá as funcionalidades a outras áreas da Companhia, gerando melhores controles e confiabilidade na informação gerada.

MELHORIA DE INFRAESTRUTURA E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

Outro projeto importante foi a construção da Sala de Videoconferência que promoveu a otimização de recursos da Companhia, ao reduzir em até 60% o custo com hospedagens e viagens dos executivos da Companhia.

Utilizando Tvs de 65", câmera e microfone de alta qualidade aliado a um sistema em nuvem da empresa Zoom. Atualmente, é possível realizar reuniões de forma remota para até 100 participantes, gravar em áudio e vídeo reuniões realizadas e conectar com equipamentos de outras marcas.

GESTÃO DE TALENTOS

Tendo como um valor primordial da Companhia o item pessoas realizadas, a Cigás entende que a perspectiva de sua gestão de talentos tem fundamental importância na rotina da Companhia. Seja como base para seu planejamento estratégico ou em ações de rotina, a valorização de seus colaboradores é algo de destaque.

O método de recrutamento contempla a aplicação de avaliações psicológicas, cognitivas e comportamentais, para o alinhamento de competências favoráveis ao desenvolvimento das atividades dos profissionais, o que tem se mostrado de grande eficácia

Sonia Matsui, 5 anos de Cigás ▲

Francisco de Oliveira, 6 anos de Cigás ▲

Adriana Andrade, 8 anos de Cigás ▲

Homenagem aos colaboradores pelo tempo de permanência na Cigás

73
homens

51
mulheres

A Cigás possui uma política de desenvolvimento de pessoas que permite que o colaborador da Companhia possa evoluir continuamente no exercício de suas atividades. Anualmente, é feito o levantamento de necessidades de treinamento, e buscou em 2018 aumentar o nível de assertividade desses treinamentos. O investimento foi da ordem de 185 mil reais, 38% a mais que no ano anterior.

1,51%
rotatividade
em 2018

Treinamentos

123
TREINAMENTOS
(internos, externos
e online)

29%
TREINAMENTOS
COMPORTAMENTAIS

47%
TREINAMENTOS
TÉCNICOS

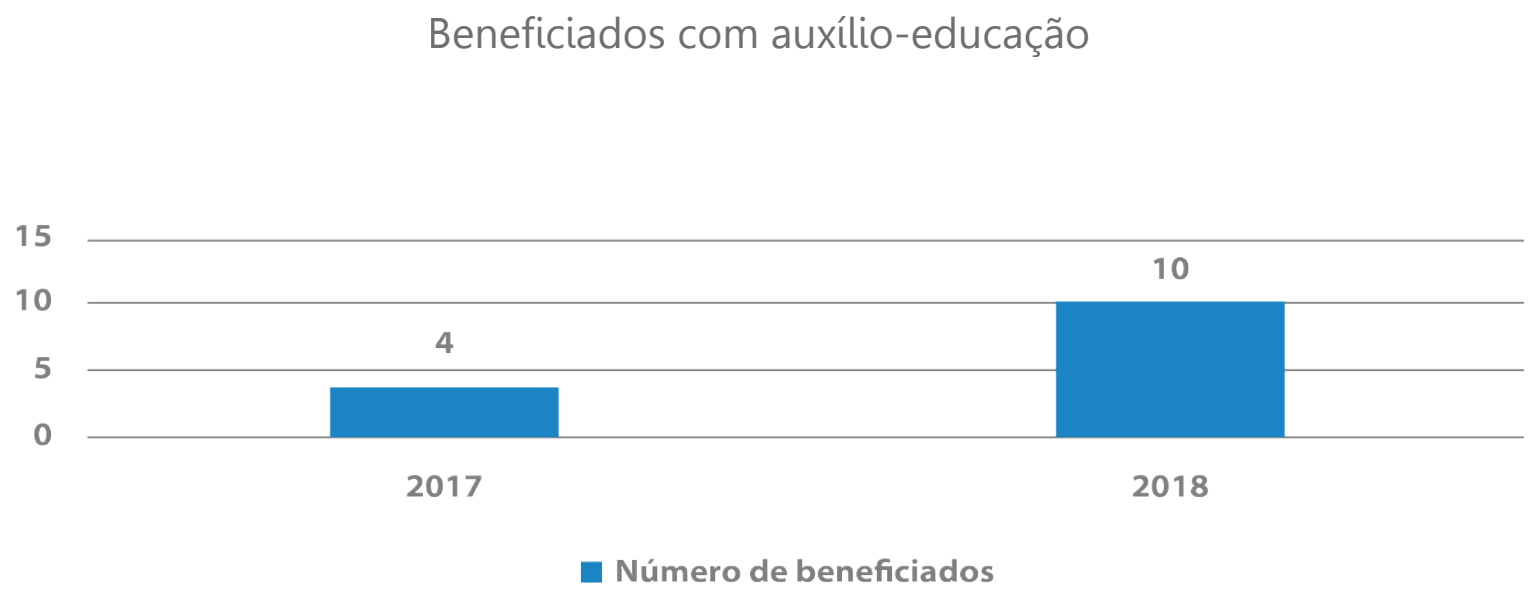
24%
TREINAMENTO
EM NORMAS
TÉCNICAS

5.963h
TREINAMENTOS
EQUIVALENTES A
248 DIAS

88,55%
MÉDIA ANUAL DE
SATIAFAÇÃO COM
OS TREINAMENTOS

Para o alcance desse resultado, a Cigás não mediu esforços para buscar novos fornecedores de qualificação, inclusive a aplicação de treinamentos in company, com profissionais de outros estados.

Colaboradores membros da brigada de emergência treinam atendimento em ocorrências que seja necessária imobilização.



Código de Ética e conduta e Ouvidoria

O código de ética e conduta da Cigás é um instrumento criado para normatizar os valores e princípios da empresa, bem como fornece orientações de condutas para seus colaboradores. O canal para registro de ocorrências dessa natureza é a Ouvidoria disponível para viabilizar a solução de conflitos colaboradores, clientes, prestadores de serviço, agências reguladoras, órgãos públicos, empresas privadas, público em geral e a CIGÁS, ouvindo, registrando, mediando e tratando as manifestações, reclamações, críticas, denúncias, solicitações de informações, sugestões, elogios, agradecimentos, entre outros.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Ações coordenadas são adotadas para promoção da saúde e segurança dos colaboradores e estão distribuídas entre o Programa de Prevenções de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e análise ergonômica. As atividades desenvolvidas contam com atendimento às normas. Tendo em vista, a necessidade de manter o conhecimento das normas em dia, foi implementada a matriz de NR's, documento criado para manter todos atentos aos treinamentos obrigatórios, com o intuito de mitigar os riscos das atividades.

Expresso nos valores da Cigás, a preservação da vida e do meio ambiente é base para o desenvolvimento das atividades por meio do gerenciamento dos riscos e perigos, onde o fortalecimento da cultura de segurança operacional é fundamental. Com adoção de práticas seguras, que visam a prevenção e mitigação de perdas através da realização de Análise preliminar de risco (APR), emissão de Permissão de Trabalho, atendimento de requisitos legais, e de normas, procedimentos e instruções de trabalho, é possível manter o compromisso de todas as partes interessadas na execução das atividades de forma segura.

São realizadas também ações corporativas de sensibilização para prevenção das ocorrências indesejáveis, tendo como temas principais, condutas seguras na realização das atividades, enfatizando as responsabilidades, atitudes e comportamentos que assegurem Zero Lesão, em prol da saúde e integridade física das pessoas e o respeito ao meio ambiente.

Indicadores de Acidentes e Incidentes

0
acidente grave ou com fatalidade

As ocorrências de acidentes e incidentes envolvendo os colaboradores são de baixo impacto e relevância na classificação dos riscos envolvidos e mapeados. É válido destacar que um acidente com afastamento não ocorreu durante o desempenho de atividade relacionada ao processo de trabalho.

Estes resultados são monitorados com frequência e as ações contribuem para aumento gradativo da cultura organizacional de segurança na Companhia e pelo cumprimento das normas e procedimentos de SMS.

A Cigás conta ainda com uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) atuante e engajada. O principal objetivo da atuação da Comissão é a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Foram realizadas auditorias comportamentais (AUDICOMP), onde foram identificados os desvios do ambiente de trabalho e dar uma tratativa para as ocorrências identificadas.

Definição de Audicomp

Método de observação e interação com a força de trabalho, com foco na atitude e no comportamento das pessoas durante a realização de suas tarefas, através de uma técnica de abordagem positiva, focando na conscientização e na melhoria contínua do desempenho em SMS.

Sensibilização do colaborador

Para reforçar a importância da segurança na rotina dos colaboradores, a Cigás realiza a Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente SIPATMA. Em 2018, o evento aconteceu de 4 a 8 de junho e teve por objetivo abordar ações de Prevenção de Acidentes e de meio ambiente. Com programação extensa e adequada a rotina da empresa, os colaboradores tiveram oportunidade de participar de palestras dentre outras atividades com conteúdo educativo.

Campanhas realizadas:

Janeiro Branco, ação voltada para saúde mental.

Maio Amarelo, dedicada a segurança no trânsito foi realizada em parceria do DETRAN AM que realizou palestra com dicas de direção defensiva.

Outubro Rosa, movimento de combate ao câncer de mama que, em parceria com a Fundação Centro de controle de oncologia do Estado do Amazonas (Fundação Cecon), promoveu sensibilização das colaboradoras.

Novembro Azul, iniciativa que também contou com apoio da Fundação Cecon para prevenção do câncer de próstata.

Dezembro Vermelho, Campanha voltada a prevenção da AIDS, realizada em parceria com a Fundação de Medicina Tropical que contou com palestras e distribuição de materiais educativos.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA

Certificada nas NBR's ISO 9001:2015 e 14001:2015, a Cigás por meio de seu Sistema de Gestão Integrado (SGI), estabeleceu caminho eficaz para garantir o alinhamento dos processos coorporativos, com as diretrizes de Missão, Visão, Valores, Código de ética e Conduta e Regimento Interno, permitindo assim, que os processos sejam periodicamente avaliados e aprimorados.

A sistemática do SGI contribui para atendimento dos objetivos estratégicos de forma eficaz, cuja premissa de eficácia é a realização das atividades com qualidade e segurança, com o intuito de mitigar riscos oriundos das atividades, bem como o foco na excelência organizacional, e no equilíbrio entre as atividades produtivas e o meio ambiente para satisfazer as necessidades e expectativas das partes interessadas.

Auditorias Internas 2018

Para assegurar a integridade, adequação, eficácia e eficiência dos processos existentes, as auditorias internas tem por objetivo identificar os desvios e tratá-los por meio de abordagem sistêmica e disciplinada onde se avaliam os riscos e as alternativas para redução dos mesmos.

2
auditorias internas realizadas

81%
índice de conformidade

O resultado da auditoria mobilizou as equipes para atentarem aos detalhes. A atuação das auditorias internas teve impacto positivo em diversas ações implementadas, com destaque para a melhoria na comunicação intersetorial que contribuiu com o desenvolvimento das ações em processos considerados críticos para a Cigás além de promover uma cultura de conformidade.

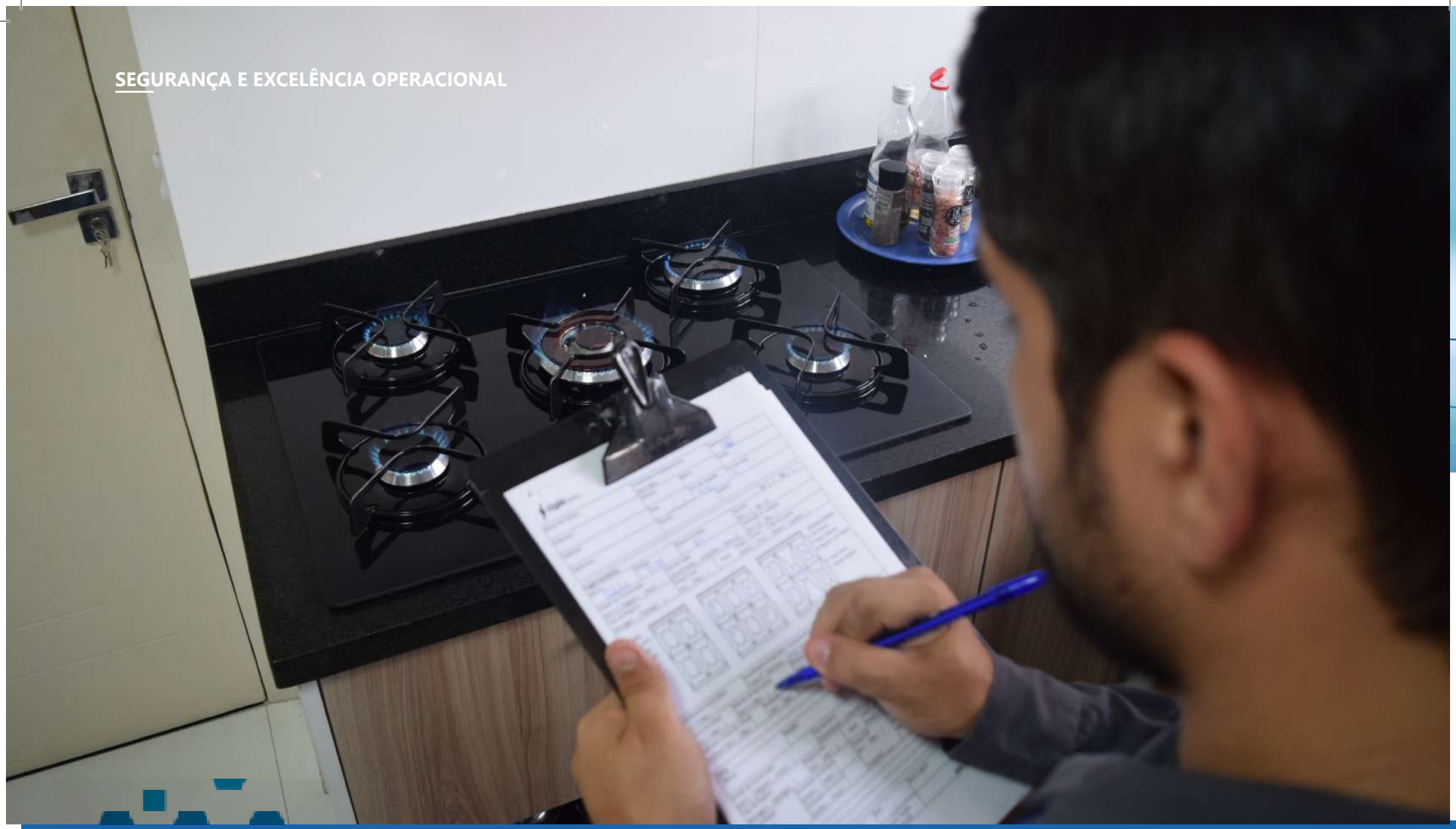
Em setembro foi realizada auditoria externa de manutenção das certificações nas normas ABNT NBR ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015 com resultado positivo, não sendo identificados pontos de melhoria ou não conformidades a serem tratadas, o que manteve a certificação ativa.

Dentre os pontos positivos apresentados no relatório da auditoria, foram apontados o comprometimento da Alta Direção como fator chave para os resultados alcançados, o alto nível de qualificação dos colaboradores auditados, além da boa gestão dos indicadores, das auditorias internas e análises críticas realizadas. Vale ressaltar que o SGI também é acompanhado por meio de indicadores nas reuniões de AGM.

(Fonte: Sistema Stratws –CES – Indicadores Estratégicos de SGI)

cigás
0022
RAMAL: Carboman

SEGURANÇA E EXCELÊNCIA OPERACIONAL



Atividade de Censo realizada nas residências com o objetivo de mapear equipamentos para a conversão

O início da operação no Varejo gerou novas exigências. Foi criada dentro da área técnica uma equipe específica para atuar na ligação de clientes comerciais e residenciais. Quando o gás natural chega no ponto de entrega a estrutura precisa estar adequada para recebê-lo, com equipamentos convertidos e total garantia de segurança na linha interna do cliente.

Para que isso ocorra, são realizadas visitas técnicas prévias à conversão para verificação da qualidade da rede interna, que pode estar funcionando outros combustíveis, de forma a manter a segurança operacional. Essas visitas técnicas, chamadas de censo, registram inconsistências por meio de relatórios de inspeção conforme recomendações da legislação municipal e normas vigentes, repassando posteriormente as informações para que os clientes atendam aos requisitos exigidos. Atualmente, a Cigás realiza toda a conversão de equipamentos para os clientes, um benefício que tem contribuído para a inserção do gás natural na matriz energética além de agregar mais valor ao serviço oferecido.

A evolução dessa etapa tem sido gradativa, e a Companhia vem aprimorando seu modelo de gestão de processos para tornar ainda mais ágil a fase de ligação de clientes.

O monitoramento também está direcionado estrategicamente para atender a qualquer demanda e identificar desvios no processo de distribuição do gás natural. O Centro de Controle Operacional (CCO) monitora em tempo real a atividade da rede por meio de fibra óptica, e em alguns locais estratégicos, através de câmeras, de modo a atribuir mais eficiência no tempo de resposta da Companhia.

Plano de Atendimento a Emergências

Com a finalidade de garantir uma operação segura em todos seus processos, o Plano de Atendimento de Emergências (PAE) estabelece procedimentos a serem adotados para controle de situações de emergência, possibilitando ações rápidas, eficientes e ordenadas para minimizar os danos e prejuízos gerados pelos eventos ocorridos, de forma a restabelecer a operação, preservar as instalações, a segurança das comunidades do entorno e a qualidade ambiental. O PAE ainda estabelece mecanismos de articulação com os órgãos Estaduais e Municipais, empresas transportadoras de gás natural e com a sociedade em geral, anualmente é realizado o simulado de Emergência, onde os procedimentos determinados são testados.

Exercício Simulado de Emergência com gás natural com a presença de órgãos de segurança e meio ambiente do estado e município

SIMULADO DE EMERGÊNCIA

Anualmente, é realizado o Simulado de Emergência com gás natural que tem por objetivo treinar e avaliar as ações de resposta a possíveis vazamentos do combustível, quando ocorridos na rede e demais estações da Cigás, além de reforçar a integração com os diversos Órgãos envolvidos nas situações de atendimento a emergência. O resultado deste 8º evento foi avaliado como positivo e os pontos de atenção foram mapeados para posterior tratativas.

Manter a integridade e funcionalidade do sistema é atividade de rotina. Patrulhamento ostensivo, inspeção focada e recuperação de deterioração natural, além de sempre se fazer presente em obras e demais atividades que apresentam maior risco para o sistema de distribuição.

São esses aspectos que atribuem a rede total confiabilidade, uma vez que a tecnologia empregada é de alto padrão, oferecendo mais agilidade.

98,1%
taxa de realização
das ordens de serviços

64min.
tempo médio
de atendimento

99,1%
taxa de cumprimento
de manutenção preventiva

MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Visão aérea do **Produtor Independente Energia Manauara** que utiliza gás natural para gerar energia elétrica

São assegurados pela Política de SGI, o atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos com atenção primordial ao meio ambiente, de forma que todas as atividades realizadas são mapeadas para identificação de aspectos e impactos gerados em cada uma delas. Com essas informações, são desenvolvidos controles eficazes para minimizar impactos ou monitorá-los, estando, inclusive, disponíveis para consulta por meio de banco de dados.

O sistema Previsão Legal, é um software que permite o gerenciamento dos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos, contribuindo para que os colaboradores tenham cada vez mais conhecimento sobre esse tema.

LICENCIAMENTO EM DIA

A Cigás se empenha em manter todo licenciamento em dia bem como garantir o cumprimento das legislações aplicáveis e exigências de órgãos reguladores. Fato é que as licenças referentes aos empreendimentos previstos (Ramal 3M, Distrito Industrial, IZA BR-174, Laranjeiras e expansão RDGN – Bolsões Vieiralves, Adrianópolis e Parque Dez) estão de acordo, bem como o adequado funcionamento das medidas de controle ambiental, equipamentos de controle de poluição e demais condicionantes determinados para a operação.

Licenças vigentes

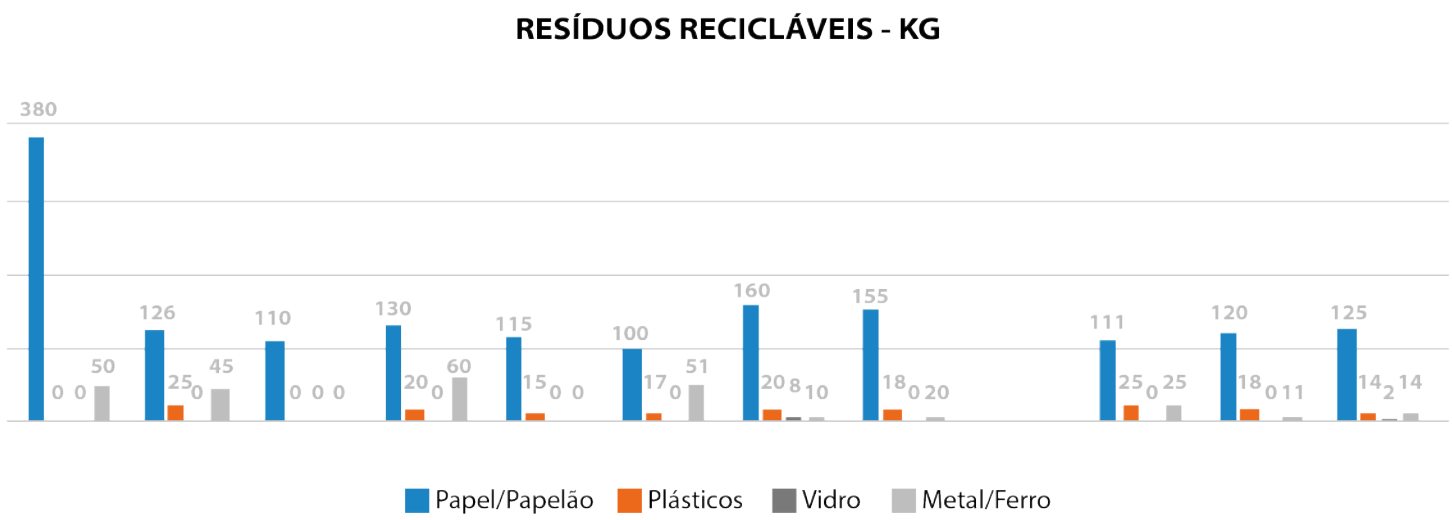
- Licença de Instalação – L.I. Nº 026/16-02
- Licença de Instalação – L.I. Nº 077/13-04
- Licença de Operação – L.O. Nº 010/18-01
- Licença de Operação – L.O. Nº 164/14-03
- Licença de Operação – L.O. Nº 520/09-05

GESTÃO DE RESÍDUOS

Todos os resíduos gerados nas atividades da Cigás, passam pelo processo de coleta seletiva e são devidamente direcionados ao descarte, seguindo a regulamentação em vigor. Realizados de forma ambientalmente correta, de acordo com a categoria de resíduos, com atuação de empresas especializadas, conforme prevê o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Companhia.

De acordo com os direcionamentos descritos no Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes, a eficácia na sensibilização socioambiental tem se mostrado satisfatória. São diversas ações e rotineiras, com o intuito de promover a sensibilização e internalização das atitudes ambientalmente corretas no cotidiano da empresa.

Desempenho do sistema de coleta seletiva em 2018



Legenda: Diminuição na geração de resíduos sólidos, principalmente dos resíduos de papel e plástico, chegando inclusive a ser zerado no mês de setembro, cujo volume gerado foi mínimo, não necessitando de retirada.

As boas práticas relacionadas ao tema, devem-se principalmente a boa aceitação das ferramentas internas destinadas a conscientização, feitas através de palestras e ações ambientais e de sensibilização contínuas desenvolvidas pelas equipes da Companhia.

Certificada pela Norma ISO 14001, compromisso assumido em favor do meio ambiente, a empresa adota procedimentos ambientalmente corretos a fim de mitigar os possíveis danos oriundos de suas atividades.

A Estação de Água e Esgoto (ETE), com capacidade de 12m³/dia, trata toda a água e os resíduos provenientes dos sanitários da sede da empresa, devolvendo a água limpa para o meio ambiente.

Indicadores acompanhados

Mensalmente acompanhamos os indicadores consumo de água, papel e energia elétrica a fim de observar eventuais excessos e tratar as causas.

Energia Elétrica Média/24.943 KW consumido em 2018

Realização de 21.315 impressões em 2018

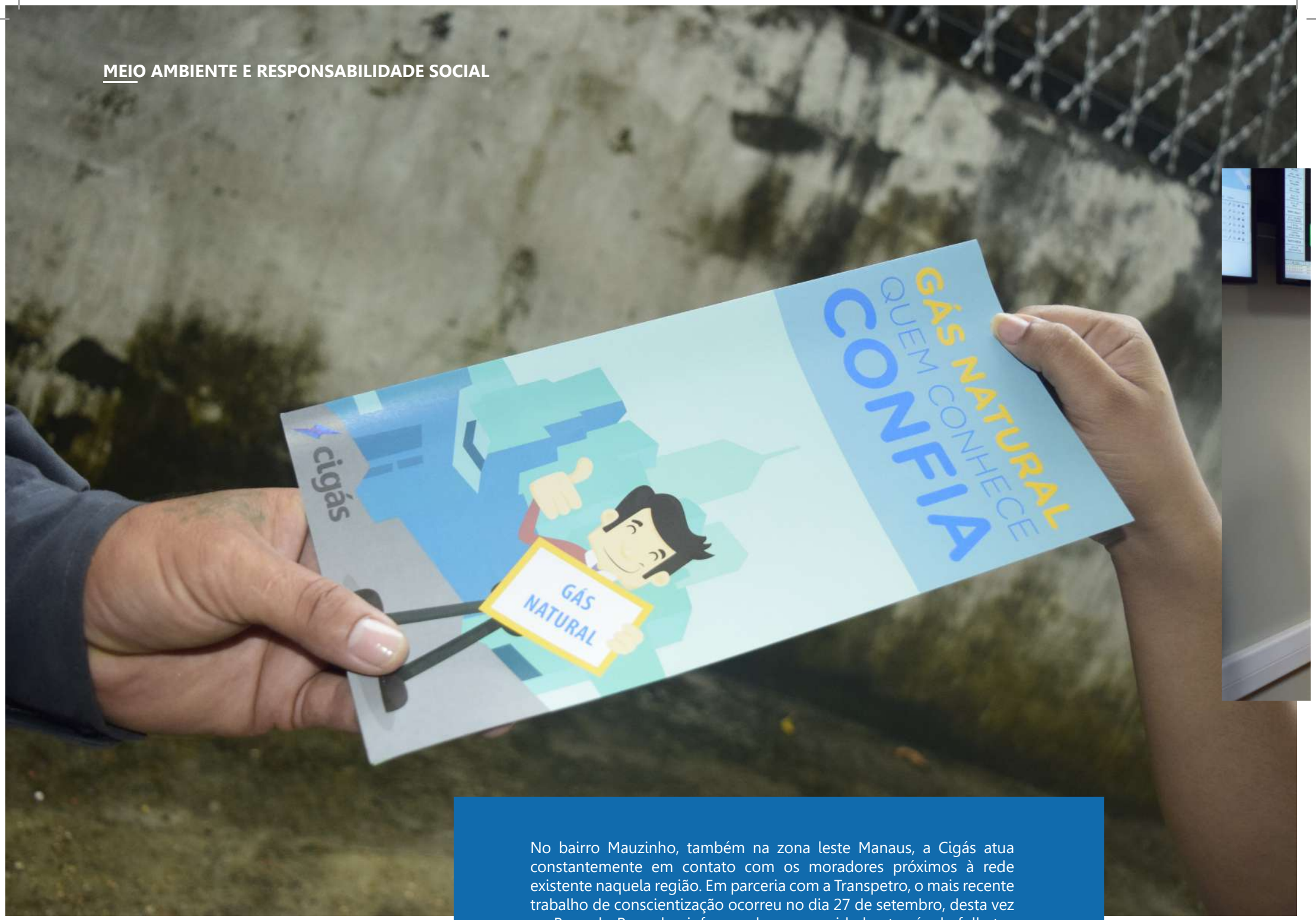
Água média/mês 115 m³ consumidos em 2018

Em 25 e 29 de janeiro de 2018, os moradores da Rua Palmeira do Miriti, no Distrito Industrial II, receberam a comunicação de obras que aconteceram nos meses seguintes, para atendimento às indústrias Philco e ITAM. As obras foram concluídas em março e corresponderam mais 1,8 quilômetros de tubulação em Manaus.

RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE

O mapeamento de partes interessadas é um monitoramento desenvolvido para sistematizar o relacionamento da Companhia com seus principais públicos de interesse. A identificação dos pontos de contato e as necessidades e expectativas contribuiu para melhoria da comunicação bem como monitorar as ações desenvolvidas a fim de atende-las.

Antes de levar a rede de gás natural a novos clientes, a Cigás tem o compromisso de comunicar as intervenções nas vias públicas às comunidades que residem onde o combustível será transportado. A composição, os benefícios, utilidades e, principalmente, os aspectos de segurança da rede de distribuição são comunicados aos futuros vizinhos, convocados a zelar pela estrutura.



No bairro Mauzinho, também na zona leste Manaus, a Cigás atua constantemente em contato com os moradores próximos à rede existente naquela região. Em parceria com a Transpetro, o mais recente trabalho de conscientização ocorreu no dia 27 de setembro, desta vez no Beco do Pescador, informando a comunidade através de folhetos sobre os cuidados necessários com o sistema de distribuição de gás natural.

Aproximação com a comunidade acadêmica

A Cigás acredita que um relacionamento estreito com acadêmicos dos cursos de Petróleo e Gás, Logística e áreas afins tem o potencial de desenvolver cada vez mais a distribuição do combustível e propagar o conhecimento a respeito do tema. Por isso, a Companhia abre as portas para estudantes do setor com objetivo de apresentar a atual estrutura da distribuição de gás natural e os aspectos técnicos do combustível.

▲

Programa Cigás de Portas Abertas recebe alunos dos mais variados cursos para conhecerem o processo de distribuição de gás natural que é desenvolvido pela Companhia.

Em 2018, a empresa recebeu um total de 82 alunos em sete visitas, uma delas de alunos do curso de Petróleo e Gás da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) do município de Carauari (a 788 quilômetros a oeste de Manaus), em agosto. Uma experiência de difusão do conhecimento para além da capital amazonense.

De igual forma, a Companhia participa de debates nas instituições. Em 2018, o gás natural foi tema no I Fórum de Logística e Petróleo e Gás da faculdade Fametro, com a temática 'Focos estratégicos da logística de petróleo e gás e os desafios da sustentabilidade na Amazônia', em 5 de junho, e na VI Semana de Engenharia de Petróleo e Gás da Universidade Federam do Amazonas (Ufam), evento cujo tema foi 'Desafios

82

número de alunos participantes do Programa Cigás de Portas Abertas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	231.702	124.450
Aplicações financeiras	4.2	532	31.033
Contas a receber	5	3.661.611	3.401.501
Créditos contratuais	6	2.505.310	2.224.600
Estoques		897	540
Impostos a recuperar	7	16.175	39.582
Outros créditos	15.3.3	915	552.788
Total dos ativos circulantes		6.417.143	6.374.494
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	5	3.450.570	2.634.186
Créditos contratuais	6	208.782	192.538
Intangível	8	198.814	191.691
Diferido	9	1.635	2.489
Outros Créditos		418	423
Depósitos judicias	15.3.3	578.557	
Total dos ativos não circulantes		4.438.776	3.021.327
TOTAL DOS ATIVOS		10.855.919	9.395.821

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTES			
Fornecedores	10	3.243.976	3.370.798
Obrigações contratuais	11	2.302.075	2.252.560
Obrigações trabalhistas	12	3.344	2.870
Impostos a recolher		47.753	53.075
Dividendos a pagar	14.4	25.943	18.232
Convênio Eletrobras a Pagar	13	136.897	124.881
Outras contas a pagar		16.925	250
Total dos passivos circulantes		5.776.912	5.822.665
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	10	3.745.518	2.406.185
Obrigações contratuais	11	208.808	192.195
Impostos diferidos	20.1	825.476	714.065
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	136.470	118.917
Total dos passivos não circulantes		4.916.272	3.431.362
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		120.907	111.587
Reservas de lucros		33.180	24.130
Dividendos adicionais propostos		8.648	6.077
Total do patrimônio líquido		162.735	141.794
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.855.919	9.395.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita Líquida de Vendas	16	3.288.640	2.746.176
Receita de Construção - ICPC 01	2.9.1	16.722	6.634
RECEITA LÍQUIDA		3.305.362	2.752.810
CUSTO			
Custo dos produtos vendidos	18	(3.158.259)	(2.651.557)
Custo de construção - ICPC 01	2.9.1	(16.722)	(6.634)
LUCRO BRUTO		130.381	94.619
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	18	(28.552)	(24.889)
Outras receitas (despesas)	18	(741)	(1.051)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		101.088	68.679
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	315.169	409.977
Despesas financeiras	19	(303.913)	(394.002)
Total		11.255	15.975
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		112.343	84.654
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	20.1	(777)	(12.333)
Correntes		(20.693)	(7.531)
Total	20.2	(21.470)	(19.864)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		90.873	64.790
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO (EM REAIS - R$)		1,2810	0,9133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.873	64.790
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	90.873	64.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto os dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: reserva legal	Reservas de lucros: incentivo fiscal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		104.621	11.570	6.966	5.321	-	128.478
Pagamento de dividendos - 2016	14.5	-	-	-	(5.321)	-	(5.321)
Pagamento de dividendos - 2017	14.5				(6.980)	(20.941)	(27.921)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	64.790	64.790
Capitalização de reservas	14.1	6.966	-	(6.966)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	3.239	-	-	(3.239)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	9.320	-	(9.320)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,5522)	14.4	-	-	-	-	(18.232)	(18.232)
Dividendos adicionais propostos (R$ 0,2500)	14.5	-	-	-	13.058	(13.058)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		111.587	14.809	9.320	6.077	-	141.794
Pagamento de dividendos - 2017	14.5	-	-	-	(6.077)	-	(6.077)
Pagamento de dividendos - 2018	14.5				(9.478)		(9.478)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	90.873	90.873
Capitalização de reservas	14.1	9.320	-	(9.320)	-	-	-
Constituição de:							
Reserva legal	14.2	-	4.544	-	-	(4.544)	-
Reserva de incentivo fiscal	14.3	-	-	13.827	-	(13.827)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R$ 0,7665)	14.4	-	-	-	-	(54.377)	(54.377)
Dividendos adicionais propostos (R$ 0,2555)	14.5	-	-	-	18.126	(18.126)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		120.907	19.353	13.827	8.648	-	162.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		90.873	64.790
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização do intangível e do diferido	8,9,18	10.439	9.684
Reversão/Constituição da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, liquida	15	(274)	3.450
Juros e atualizações monetárias		(267)	(46.702)
Constituição de impostos diferidos	20.1	111.411	137.214
Encargos provisionados - Convênio Eletrobras	13	12.016	29.015
Baixa de intangível	8	509	925
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.076.494)	(755.067)
Estoques		(356)	70
Impostos a recuperar		23.407	3.731
Créditos contratuais		(296.953)	(1.029.487)
Outros créditos		(26.680)	(551.768)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		633.954	637.547
Obrigações trabalhistas		474	(224)
Impostos a recolher		(15.142)	22.194
Obrigações contratuais		66.128	957.444
Outras contas a pagar		16.675	(610)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	15	17.827	10.594
Imposto de renda e contribuição social pagos		9.819	9.331
Contas a Pagar - Ação Judicial	10.d	578.557	
Caixa gerado pelas atividades (aplicados nas) operacionais		155.923	(497.869)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao intangível	8	(17.218)	(7.610)
Aplicações financeiras		(4)	(34.732)
Resgate de aplicações financeiras		30.771	612.073
Caixa (aplicado nas) gerados das atividades de investimento		13.549	569.731
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização - Convênio Eletrobras	13		
Pagamento de dividendos	14.4	(62.220)	(49.206)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(62.220)	(49.206)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		107.252	22.656
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	124.450	101.794
No fim do exercício	4	231.702	124.450
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		107.252	22.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS ("Companhia" ou "Cigás") é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com autonomia administrativa e financeira, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.325, de 8 de maio de 1995.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxi-redutor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, a findar em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial, autorizada pela Lei Estadual nº 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

A Companhia assinou em 1º de junho de 2006, concomitantemente, contratos com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Contrato Upstream) e com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AmE) (Contrato Downstream), ambos com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, cujo objeto foi a compra e venda de gás natural para fins de geração termoelétrica durante um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir do início do fornecimento comercial (01/12/2010), com Quantidade Contratada de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. A partir de 1º de dezembro de 2015, conforme procedimentos estabelecidos na cláusula 4 dos referidos Contratos, a Quantidade Contratada foi reduzida para o volume de 5.420.000 (cinco milhões quatrocentos e vinte mil) metros cúbicos por dia e a diferença, entre a quantidade originalmente contratada e a quantidade vigente a partir de 1º de dezembro de 2015, ou seja, 80.000 (oitenta mil) metros cúbicos por dia, foi alocada para o outro Contrato ("Não Termelétrico"), que a Companhia firmou com a sua supridora (Petrobras).

Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Energia, a Companhia firmou, em dezembro de 2006, com a Eletrobrás, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira (ECV-205/2006), para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa nº 13.

Em 3 de dezembro de 2018, a Cigás firmou o Terceiro, Quarto e Quinto Termos Aditivos ao Contrato OC 1902/2006, bem como o Termo de Cessão do Contrato OC 1902, em que se transferiu a posição contratual da Amazonas Energia para Amazonas GT "AmeGT". Acerca dos referidos instrumentos, pertinente, em síntese informar que o Quinto Aditivo contempla: (i) Quitação imediata do valor da Parcela da Margem em aberto na ordem de R$ 16.632.452,93 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos); (ii) Prioridade de pagamento do PIS e da COFINS, quando da realização de pagamento parcial sobre qualquer pagamento realizado pela AmeGT; (iii) Prioridade de pagamento da Parcela da Margem pela AmeGT; (iv) Implantação do Mecanismo do "Gatilho" quando da inadimplência em prazo superior a 4 (quatro) meses. Nesse caso, quando da realização de qualquer pagamento, a Cigás terá prioridade no recebimento da Parcela da Margem; (v) Recebimento dos valores pertinentes à recuperação da receita relativa ao diferimento da margem a partir de 1º de dezembro de 2018, conforme regra do Terceiro Termo Aditivo, em que se estabeleceu que os pagamentos serão realizados mensalmente pela AmeGT; (vi) A Parcela do Transporte será equiparada à Tarifa do Transporte, homologada pela ANP, o que representará maior competitividade para o Gás Natural; e (vii) Inclusão da UTE Mauá 3 com a apresentação de garantia financeira de 1 (um) mês de fornecimento, com o registro do compromisso pela AmeGT em peticionar ao juízo requerendo a extinção das ações em curso (MAUÁ 3 – COMISSIONAMENTO E TESTES e MAUÁ 3 – OPERAÇÃO COMERCIAL).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório internacional (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, são evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

As demonstrações contábeis e o conjunto das notas explicativas foram aprovados pelos membros da administração em 25/03/2019.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

2.3 Mudança nas políticas contábeis e divulgações

A seguir apresentamos as novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC, com vigência desde 1º de janeiro de 2018:

2.3.1 IFRS 9/CPC48 - Instrumentos Financeiros

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9/CPC48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração não identificou efeitos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.3.2 IFRS 15/CPC47 - Receita de Contratos com Clientes

O IFRS 15/CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada.

A Empresa aplicou o IFRS 15/CPC 47 e apurou os efeitos de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018 e não identificou efeitos representativos nas demonstrações financeiras.

2.3.3 IFRS 16/CPC06 – Arrendamento Mercantil

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a versão final do "IFRS 16 – Leases", que determina os princípios para reconhecimento, mensuração e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16/CPC06 estará vigente para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. O IFRS 16/CPC06 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A Companhia está apurando os potenciais impactos em decorrência da adoção desta norma.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, estas são convertidas para o Real (R$) na data do fechamento.

Todas as informações contábeis estão apresentadas em Reais, exceto quando indicadas de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

2.6 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a empresa tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros, podem estar classificados em quatro categorias:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Companhia, que mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

• O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

• Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, outros ativos correntes e determinados ativos incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes correspondentes práticas contábeis, bem como em notas explicativas.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas, quando identificada a necessidade, para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos, entre outros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação conforme descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

ii. Empréstimos e recebíveis

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Ativo e Passivos financeiros

Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Estes instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável à Companhia, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

2.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização.

2.8 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de distribuição de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão - janeiro de 2040 - de acordo com o item 42 do OCPC 05 – Contratos de Concessão, vide nota explicativa nº 8.

2.9 Diferido

Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a lei nº 11.941/2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Vide nota explicativa nº 9.

2.10 Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

2.11 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes, considerando a natureza e as características das transações.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional.

A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

I. Identificação do contrato;

II. Identificação das obrigações de desempenho;

III. Determinar o preço da transação;

IV. Alocar o preço da transação; e

V. Reconhecer a receita.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos, distribuição de gás e correlatos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

2.13.1 Receita e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) – "Contratos de Concessão" estabelece que o concessionário de serviços públicos deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição e comercialização de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, vide notas explicativas nº 16 e 18.

2.13.2 Receitas e despesas financeiras

Representam juros, encargos e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e outros descontos obtidos conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

2.14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

2.14.1 Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

2.14.2 Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas

demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa nº 20.

2.14.3 Incentivo fiscal do imposto de renda

Conforme Laudo Constitutivo nº 060/2011, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia usufrui de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido até o ano calendário de 2021. De acordo com o CPC 07 (R1) "Subvenção e Assistência Governamentais", este incentivo fiscal, categorizado como incentivo para investimento, é reconhecido no resultado do exercício, a crédito da despesa de imposto de renda e, ao final do exercício social. O mesmo valor é transferido da conta de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal).

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; (ii) provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; (iii) tributações diferidas; (iv) perda estimada em créditos de liquidação duvidosa; e (v) divulgação de instrumentos financeiros; os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionados à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	3.292	1.704
Aplicações Financeiras	228.411	122.746
	231.702	124.450

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, são representadas por aplicação de CDB, de curto prazo, remunerada à taxa média de 99,33% do CDI. As aplicações possuem alta liquidez sem risco de variação significativa do principal.

4.2 Aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Aplicações Financeiras (Conta de Pagamento)	532	31.033

Os saldos classificados como aplicações financeiras referem-se à conta de pagamento criada especificamente para o recebimento dos valores depositados por seu principal cliente, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. As aplicações financeiras são representadas por CDB remuneradas à taxa média de 99,33% do CDI. A movimentação da Conta de Pagamento depende de aprovações conjuntas da Petrobras, Cigás e Amazonas Energia, conforme contratos de compra e venda de gás firmado entre as partes.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - CCD 2014 (a) e ICD 2018 (b e c)	4.300.268	3.071.933
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	2.678.407	2.823.238
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	81.840	86.979
Breitener Tambaqui S.A.	47.805	47.805
Outros	3.861	5.732
Total	7.112.181	6.035.687
Circulante	3.661.611	3.401.501
Não circulante	3.450.570	2.634.186
	7.112.181	6.035.687

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a receber relativos ao Instrumento de Confissão de Dívida (CCD 2014), celebrado entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobrás, foram classificados como ativo não circulante, correspondente às parcelas 60a à 120a, a vencer de janeiro de 2020 a janeiro de 2025.

(b)Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.2, os valores a receber relativos ao Instrumento de Confissão de Dívida (ICD 2018), celebrado entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobrás, foram classificados como ativo não circulante, correspondente às parcelas 21a à 36a, a vencer de janeiro de 2020 a abril de 2021.

(c)Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.3, os valores a receber relativos ao Primeiro Aditivo ao Instrumento de Confissão de Dívida (ICD 2018), celebrado entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobrás, foram classificados como ativo não circulante, correspondente às parcelas 14a à 36a, a vencer de janeiro de 2020 a novembro de 2021.

O saldo do contas a receber está representado pela seguinte composição por idade de vencimento.

	Aging					
		vencido (dias)				
Clientes	a vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	Total
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	147.922	171.444	190.762	93.840	2.074.439	2.678.407
Confissão de dívida - CCD 2014 e ICD 2018	4.234.345	32.961	32.961	-	-	4.300.268
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	81.840		-	-	-	81.840
Breitener Tambaqui S.A.	-	-	-	-	47.805	47.805
Outros	3.045	689	-	-	127	3.861
Total	4.467.152 -	205.094 -	223.723	93.840	2.122.371	7.112.181

Por força dos contratos de compra e venda de gás, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da Breitener Tambaqui S.A. são automaticamente cedidos à Petrobras, independente da realização de instrumento específico, conforme cláusula 15. Vide nota explicativa nº 10. As contas a receber de clientes incluem valores vencidos no final do exercício, para os quais a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, considerando que não há riscos de perdas.

O valor a receber no montante de R$ 47.805, junto ao cliente Breitener Tambaqui S.A., nos termos do que preceitua o contrato firmado entre as partes, o direito de cobrança já fora cedido à Petrobras, ver nota explicativa nº 23.d.

5.1 Instrumento de confissão de dívida – 2014

A Petrobras e a Amazonas Energia, seguindo o previsto no item 10.7.2 "A MANAUS ENERGIA e a ELETROBRÁS reconhecem e aceitam que os créditos contra elas detidos pela CIGÁS neste CONTRATO, exceto os valores que sejam devidos exclusivamente pela MANAUS ENERGIA e/ou ELETROBRÁS à CIGÁS e que não sejam objeto de repasse à PETROBRAS, serão cedidos à PETROBRAS nos termos do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS-CIGÁS e que tal cessão se dará automaticamente independente de qualquer notificação, podendo a PETROBRAS exigir o pagamento por parte da MANAUS ENERGIA e da ELETROBRÁS dos referidos créditos, nos termos deste CONTRATO. Ocorrendo o pagamento desses créditos pela MANAUS ENERGIA ou pela ELETROBRÁS diretamente à PETROBRAS na conta bancária da PETROBRAS indicada no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA DE PAGAMENTOS, a CIGÁS desde já reconhece como quitados os créditos cedidos nos termos deste CONTRATO", do contrato de compra e venda de gás entre a Petrobras, Cigás e a Amazonas Energia, assinaram em 31 de dezembro de 2014, o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Carta-Compromisso ("Confissão

de Dívida") entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), com interveniência da Eletrobrás, para que os créditos da Cigás junto à Amazonas Energia, tenham sua cobrança efetuada diretamente pela Petrobras, a qual a Cigás possui obrigações registradas em seu passivo referentes ao repasse do produto, sejam pagos diretamente pela Amazonas Energia à Petrobras. A Cigás não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do presente.

5.2 Instrumento de confissão de dívida – 2018

A Petrobras e a Amazonas Energia, seguindo o previsto no item 10.7.2 do contrato de compra e venda de gás entre a Petrobras, Cigás e a Amazonas Energia, assinaram em 30 de abril de 2018, o Instrumento Particular de Confissão de Dívida, entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), com interveniência da Eletrobrás, para que os créditos da Cigás junto à Amazonas Energia, tenham sua cobrança efetuada diretamente pela Petrobras, para a qual a Cigás possui obrigações registradas em seu passivo referentes ao repasse do produto, sejam pagos diretamente pela Amazonas Energia à Petrobras. A Cigás não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do mesmo.

5.3 Instrumento de confissão de dívida – Aditivo 2018

A Petrobras e a Amazonas Energia, seguindo o previsto no item 10.7.2 do contrato de compra e venda de gás entre a Petrobras, Cigás e a Amazonas Energia, assinaram em 3 de dezembro de 2018, o Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida, entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Energia"), com interveniência da Eletrobrás, para que os créditos da Cigás junto à Amazonas Energia, tenham sua cobrança efetuada diretamente pela Petrobras, para a qual a Cigás possui obrigações registradas em seu passivo referentes ao repasse do produto, sejam pagos diretamente pela Amazonas Energia à Petrobras. A Cigás não participou das tratativas de formalização do referido instrumento, bem como não foi signatária do mesmo.

6. CRÉDITOS CONTRATUAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Ship or Pay - transporte	2.131.697	1.961.881
Direito de retirada de gás	208.782	192.538
Créditos contratuais	209.263	146.793
Take or Pay - commodity	146.370	100.724
Penalidade - PRME	901	1.884
Margem contratual	16.693	13.188
Take - Não térmicos	385	130
Total	2.714.901	2.417.138
Circulante	2.505.310	2.224.600
Não circulante (a)	208.782	192.538
Total	2.714.091	2.417.138

O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelece na cláusula 3 um volume mínimo de compra diária de gás. Caso este volume não seja atingido, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar à Companhia a diferença entre o valor mínimo contratado e o efetivamente consumido. O contrato assegura o direito de recuperação desse volume não consumido durante os 60 meses seguintes ao ano em que não ocorreu a retirada do gás natural. Para 31 de dezembro de 2018, a Amazonas Energia também não atingiu o volume mínimo de compra relativo à parcela de gás recuperável e dessa forma a Companhia tem registrado no grupo/conta "créditos nas Operações de gás"/"créditos contratuais" o montante acumulado de R$ 209.263 (31 de dezembro de 2017, R$ 146.793), a ser recebido do cliente, tendo como contrapartida a conta "Gás Futuro Não Entregue -TOP Anual Recup", no passivo no grupo "obrigações nas oper. de venda de gás" que para 31 de dezembro de 2018 monta R$ 208.808

(31 de dezembro de 2017, R$ 192.195), vide nota explicativa nº 11. A Companhia também registrou no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais"/"obrigações contratuais", o saldo a pagar relativo ao gás não retirado da Petrobras, ver nota explicativa nº 11. Esses valores podem ser recuperados e por isso foram reconhecidos em contas patrimoniais reflexas.

OBRIGAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE VENDA DE GÁS

Em 31 de dezembro de 2018 prescreveu o valor de R$ 34.789 com impostos referente ao take anual de 2013.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship), da margem e da penalidade PRME, cobrados através de Cartas de Débitos, montam R$ 2.296.046 (31 de dezembro de 2017, R$ 2.077.677).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda	4.441	32.987
Contribuição social	1.093	1.335
COFINS	8.625	4.227
PIS	1.864	1.033
Outros	152	-
Total	16.175	39.582

8. INTANGÍVEL

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	235.656	(41.819)	193.837
Adições	7.610	-	7.610
Amortização	-	(8.831)	(8.831)
Baixas	(925)	-	(925)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	242.341	(50.650)	191.691
Adições	17.251	-	17.251
Amortização	-	(9.586)	(9.586)
Baixas	(542)	-	(542)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	259.050	(60.236)	198.814

Esses ativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são compostos como segue:

	Taxa Média de Depreciação a.a - %	31/12/2017	Adições	Transferências	Amortização	Baixas	31/12/2018
Rede de Distribuição - Tubulações	3,92%	171.188	1.083	22.519	(8.946)	(455)	185.390
Edificações e Benfeitorias	3,92%	2.545	141	-	(116)	-	2.571
Máquinas e Equipamentos	10,00%	1.280	216	9	(197)	(30)	1.279
Móveis e Utensílios	6,67%	374	24	-	(46)	(18)	334
Equip. de Processamento de Dados	20,00%	681	105	-	(240)	(3)	543
Software	20,00%	320	-	-	(32)	-	288
Veículos e Equipamentos de Transporte	10,00%	34	-	-	(11)		23
Obras em Andamento		15.112	15.681	(22.528	-	(3)	8.263
Estoque de Imobilizado		155	1			(33)	123
Total		191.691	17.251	-	(9.586)	(542)	198.814

O Contrato de Concessão para exploração dos serviços públicos de gás combustível canalizado, celebrado em 18 de novembro de 2002, entre o Poder Concedente e a Companhia (Concessionária), com término em 31 de janeiro de 2040, regulamenta os serviços públicos em tela da seguinte forma:

• O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;

• Extinta a concessão, revertem-se ao Poder Concedente todos os bens e serviços vinculados à infraestrutura, mediante pagamento de uma indenização, prevista na cláusula 20 do contrato;

• O preço é regulado através de mecanismo de tarifa com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de gás canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores.

De forma a refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, o ativo intangível, em virtude da sua recuperação, está condicionado à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infraestrutura construída para a atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás canalizado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de consumo de gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Esta indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos realizados nos 10 (dez) anos anteriores ao término da concessão (31 de janeiro de 2040) atualizado monetariamente, conforme os critérios especificados no Contrato de Concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em dezembro de 2010 e, a partir desse mês, também iniciou a amortização do intangível pelo prazo da concessão.

8.1 Análise do valor recuperável dos ativos

Com base nas análises efetuadas, a Companhia não identificou evidências que requeressem ajustes para perda por redução do valor de recuperação do seu ativo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

9. DIFERIDO

	31/12/2018	31/12/2017
Custo	8.533	8.533
Amortização Acumulada	(6.897)	(6.044)
Total Líquido	1.635	2.489

Refere-se a gastos incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear de acordo com a lei nº 11.941/2009, art. 38.

10. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. - CCD (a), (b), (c) e (d)	4.878.825	2.809.478
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	2.108.594	2.966.615
Outros	2.076	890
Total	6.989.494	5.776.983
Circulante	3.243.976	3.370.798
Não circulante (a), (b), (c) e (d)	3.745.518	2.406.185
Total	6.989.494	5.76.983

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1, os valores a pagar relativos às parcelas 60a à 120a da Confissão de Dívida, celebrada entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobrás, celebrado em 2014, foram classificados para o passivo não circulante.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.2, os valores a pagar relativos às parcelas 21a à 36a da Confissão de Dívida, celebrada entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobrás, celebrado em 2018, foram classificados para o passivo não circulante.

(c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.3 os valores a pagar relativos às parcelas 14a à 36a do Primeiro Aditivo da Confissão de Dívida, celebrada entre a Petrobras e a Amazonas Energia, com a interveniência da Eletrobrás, celebrado em 2018, foram classificados para o passivo não circulante;

(d) Fornecedores - R$ 578 MM.

O valor do depósito judicial no montante atualizado de R$ 578.557, visa garantir parte da dívida do Contas a Pagar (Fornecedores) ou para pagamento de PIS/COFINS diferidos, conforme detalhado na nota explicativa 15.3.3.

11. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Ship or pay - transporte	1.969.722	1.956.635
Obrigação de fornecimento de gás	208.808	192.195
Obrigações contratuais	203.764	200.547
Take or pay - commodity	127.817	93.645
Penalidades - PRME	772	1.732
Total	2.510.883	2.444.755
Circulante	2.302.075	2.252.560
Não circulante	208.808	192.195
Total	2.510.883	2.444.755

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 e devido ao contrato reflexo de venda de gás à Amazonas Energia, em 2006, a Companhia também assinou contrato de compra de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras que estabelece, na cláusula 9, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não seja atingido, a Companhia deverá pagar à Petrobras a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegura o direito de recuperação de parte do volume durante 60 meses do ano em que não ocorreu a retirada do gás natural, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo da compra anual, previsto no Contrato. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o volume mínimo de compra, relativo à parcela do gás recuperável, não atingido pela Companhia monta um valor acumulado de R$ 203.764 (31 de dezembro de 2017, R$ 200.547) e, desta forma a Companhia tem registrado no passivo no grupo/conta "obrigações contratuais" a obrigação junto à Petrobras, tendo como contrapartida a conta "Gás Pago Não Retirado-Top Anual Recup" no ativo no grupo "créditos nas operações de gás" em 31 de dezembro de 2018 o montante de R$ 208.782 (31 de dezembro de 2017, R$ 192.538), vide nota explicativa nº 6. A Companhia também registrou no ativo no grupo/conta "créditos contratuais" o saldo a receber da Amazonas Energia relativo ao gás não enviado à Amazonas Energia, ver nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2018 prescreveu o valor de R$ 31.978 com impostos referente ao take anual de 2013.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship) e da penalidade PRME, cobrados através de Cartas de Débitos, montam R$ 2.098.311 (2017, R$ 2.052.012).

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2018	31/12/2017
Participação nos Lucros e Resultados	1.494	1.441
Férias e encargos	1.274	995
Salários a pagar	-	1
IRRF	169	103
INSS	319	249
FGTS	65	51
Outras obrigações sociais e trabalhistas	23	30
Total	3.344	2.870

13. CONVÊNIO ELETROBRAS

Em 11 de dezembro de 2006, a Companhia assinou um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. O objetivo deste convênio consistiu na viabilização por meio de participação técnica e financeira dos participantes através de estudo, projeto e implantação de Ramais Termelétricos, a mudança da matriz energética do Estado do Amazonas, com a utilização do gás natural em substituição aos combustíveis líquidos derivados de petróleo, contribuindo para a diminuição do consumo de óleo combustível e a consequente emissão de monóxido de carbono e redução dos custos da CCC-Isol.

O referido instrumento prevê que os valores aportados pela Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras – devem ser reembolsados pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. a partir do início da operação comercial dos ramais termelétricos que atendem aos Produtores Independentes de Energia - PIE's. Assim, da receita líquida auferida com o recebimento das parcelas dos Ramais Termelétricos, 70,74% deste valor será reembolsado durante o período de 96 meses para a Eletrobrás, cujo término previsto no Convênio de Cooperação Técnico-Financeira (ECV-205/2006) foi o mês de novembro de 2018.

A estimativa das futuras cessões de parte da receita e consequentemente a taxa efetiva calculada são revisadas mensalmente pela Administração com base nos consumos reais e no contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e nos repasses das parcelas devidas à Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás.

A movimentação do saldo do convênio está composta da seguinte forma:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2016	84.485	11.381	95.866
Juros Provisionados	29.015	-	29.015
Encargos Pagos	-	-	-
Transferência	11.381	(11.381)	-
Amortizações	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	124.881	-	124.881
Juros Provisionados	39.504		39.504
Encargos Moratórios	(33.510)	-	(33.510)
Principal	6.021		6.021
Amortizações	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	136.897	-	136.897

As amortizações do saldo a pagar do Convênio Eletrobrás dependem da adimplência da Amazonas Energia em relação às liquidações das parcelas do consumo pelos PIE's (Produtores Independentes de Energia). Em 31 de dezembro de 2018 prescreveu o valor de R$ 31.978 com impostos referente ao take anual de 2013.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores relativos à parcela do gás (take), do transporte (ship) e da penalidade PRME, cobrados através de Cartas de Débitos, montam R$ 2.098.311 (2017, R$ 2.052.012).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social e mutação

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 é de R$ 120.907 (31 de dezembro de 2017, R$ 111.587).

	31 de dezembro de 2018 e 2017				
	Quantidade de Ações			Capital Integralizado	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	2018	2017
Manausgás S.A.	11.586.619	47.292.322	58.878.941	100.353	92.617
Estado do Amazonas	12.059.543	-	12.059.543	20.554	18.970
Total	23.646.162	47.292.322	70.938.484	120.907	111.587

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 17 de dezembro de 2018, o capital foi aumentado em R$ 9.320, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de reserva de incentivo fiscal do lucro da exploração, vide nota explicativa no 14.3.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia.

14.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2018, a Companhia constituiu o montante de R$ 4.544 (31 de dezembro de 2017, R$ 3.239) de reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

14.3 Reserva de incentivo fiscal

Conforme mencionado na nota nº 2.11.3, a parcela correspondente ao incentivo fiscal apurado no exercício foi transferida para a reserva de incentivo fiscal dentro da reserva de lucros. Em 2018, o valor desse incentivo foi de R$ 13.827 (31 de dezembro de 2017, R$ 9.320).

14.4 Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas está assegurado, pelo Estatuto Social, um dividendo mínimo correspondente a 75% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor. Abaixo detalhamos o cálculo:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido	90.873	64.790
Constituição de Reserva Legal	(4.544)	(3.239)
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	(13.827)	(9.320)
	72.502	52.231
Dividendos mínimos obrigatórios - 75%	54.377	39.173
Total de ações ordinárias e prefenciais	70.938.484	70.938.484
Dividendos mínimos obrigatórios por total de ações(ordinárias e preferenciais) - em R$	0,7665	0,5522

A movimentação do saldo de dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**15.964**
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2016	5.321
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2016	(5.321)
Pagamento de dividendos relativos a 2016	(15.964)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2017	39.173
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2017	6.980
Pagamento de dividendos intermediários relativos a 2017	(20.941)
Pagamento de dividendos adicionais intermediários relativos a 2017	(6.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**18.232**
Provisão de dividendos adicionais relativos a 2017	6.077
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2017	(6.077)
Pagamento de dividendos relativos a 2017	(18.232)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018	54.377
Provisão de dividendos adicionais intermadiários relativos a 2018	9.478
Pagamento de dividendos mínimos intermadiários relativos a 2018	(28.434)
Pagamento de dividendos adicionais intermediários relativos a 2018	(9.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**25.943**

14.5 Dividendos adicionais propostos

Em 17 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral aprovou o pagamento dos dividendos adicionais propostos pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 6.077 e dividendos adicionais ao mínimo relativos ao 1º semestre de 2018, no valor R$ 9.478. A Companhia decidiu em 2018, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, propor dividendos adicionais ao mínimo obrigatório no montante de R$ 8.648, relativo ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e classificou esses dividendos dentro do patrimônio líquido.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos judiciais - Reman	136.150	118.331
Trabalhistas	31	98
Fiscais	235	227
Cíveis	54	261
Total	136.470	118.917

A movimentação está abaixo demonstrada:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**104.873**
Atualização do honorário de êxito	13
Constituição de provisão	177
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	10.594
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	3.260
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**118.917**
Atualização do honorário de êxito	8
Reversão de provisão (Trabalhistas e Civis)	(274)
Constituição de provisão para valores recebidos Reman (ver nota 15.3.2)	12.977
Atualização de provisão - Reman (ver nota 15.3.2)	4.842
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**136.470**

15.1 Trabalhista e cíveis

A PCCM Construção e Montagem Ltda. ("PCCM") foi contratada pela Cigás para prestação de serviços de consolidação do projeto básico e executivo, construção, montagem, condicionamento, testes e comissionamento na rede de distribuição de gás natural e elementos de redes referentes aos ramais industriais do empreendimento intitulado de ramais industriais Aparecida Fase I da Cidade de Manaus/AM, incluindo o fornecimento de materiais e serviços. Em face da inexecução contratual por parte da referida empresa (abandono do canteiro de obras, não pagamento de funcionários e outros), a Companhia formalizou distrato do contrato, em outubro de 2012. Diante do não cumprimento das obrigações trabalhistas pela PCCM, os funcionários daquela empresa, sentindo-se lesados, moveram ações trabalhistas e cíveis, nas quais a Cigás fora chamada na qualidade de litisconsorte, em face de eventual responsabilidade subsidiária a ser verificada pelo Juízo. A PCCM firmou vários acordos judiciais, mas diante do descumprimento, as execuções foram direcionadas à Cigás. O valor das ações trabalhistas e cíveis que a Companhia e seus assessores jurídicos avaliaram como provável de perda monta R$ 85 (31 de dezembro de 2017, R$ 358). Outros processos de natureza trabalhista foram considerados pela Administração da Companhia, juntamente com a opinião de seus assessores jurídicos, como possível a perda nestas causas e não constituíram provisão e que montam R$ 1.288 (31 de dezembro de 2017, R$ 1.250).

15.2 Honorários de êxito

A Companhia se defende de Auto de Infração movido pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social – PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, referente aos depósitos efetuados pela Eletrobrás, pertinente ao Convênio ECV Nº 205/2006, os quais são considerados indevidos pela administração da Companhia e pelos seus consultores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os consultores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do Auto, caso a Companhia obtenha êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Companhia e dos seus consultores jurídicos classificarem tais causas como possível de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2018 montam R$ 235 (31 de dezembro de 2017, R$ 228).

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos de natureza tributária e cível no montante de R$ 13.734 (2017, R$ 8.647), mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, as chances de perda são possíveis, razão pela qual não se registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

15.3 Ativos contingentes

15.3.1 Construtora LJA

A Construtora LJA Ltda. foi contratada pela Cigás para efetuar a construção dos ramais termoelétricos, entretanto houve rescisão do contrato entre as partes devido a não entrega de tubos adquiridos pela Cigás. A Companhia move uma ação contra a Construtora no valor de R$ 17.565. O direito da Companhia já foi reconhecido judicialmente, estando o processo em fase de execução dos valores, e considerando que restou infrutífera a busca de bens em nome da empresa executada, obteve-se recentemente autorização judicial para desconsideração da personalidade jurídica, o que busca permitir a garantia da execução utilizando-se dos bens dos sócios.

15.3.2 Indenização Reman

A Companhia move uma ação de indenização contra as empresas Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras Reman no montante de R$ 58.923, devido ao fornecimento de gás natural diretamente da Petrobras para a Petrobras Reman, violando o direito de exclusividade da Cigás para fornecimento de gás canalizado no estado do Amazonas.

Em 19 de agosto de 2014, o Juízo da 1ª. Vara da Fazenda Pública Estadual determinou a transferência, para conta de titularidade da Cigás, do montante de R$ 63.191, a título de indenização por essa aquisição direta pela Petrobras. O Juízo também determinou que a Petrobras transferisse mensalmente à Cigás o valor do respectivo consumo. Essas transferências vêm ocorrendo desde setembro de 2014, com base nos volumes apurados pela Petrobras S.A. e Petrobras Reman. O montante recebido no exercício de 2018 foi de R$ 12.977 (31 de dezembro de 2017, R$ 10.594). Como no processo ainda é possível interposição de recurso, a Companhia provisionou este montante até o momento em que o processo estiver finalizado (transitado em julgado). Tais valores são atualizados pelo IPCA, mesmo indexador utilizado para a atualização da tarifa anual do gás térmico, considerando o volume consumido pela Reman. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo deste processo devidamente atualizado é de R$ 136.150 (31 de dezembro de 2016, R$ 118.331).

15.3.3 Depósito Judicial - R$ 578 MM

Em 20 de outubro de 2017, o Banco do Brasil, administrador da conta de pagamentos, procedeu ao depósito judicial do montante de R$ 552.463, que se encontrava na referida conta, em face de controvérsia entre Petrobras e Cigás no bojo da ação judicial nº 0616259-11.2015.8.04.0001, em que se discute a possibilidade de pagamento do PIS/COFINS incidentes sobre a operação de venda do gás natural, com os recursos depositados pela AmE na conta de pagamentos, considerando a permanente impontualidade da AmE.

16. RECEITA LÍQUIDA

	2018	2017
Receita Bruta		
Receita com venda	2.580.225	1.813.754
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay, margem e PRME	1.043.620	1.278.932
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 2.9.1)	16.722	6.634
Total da Receita	3.640.568	3.099.320
(-) Deduções		
PIS sobre vendas	(59.793)	(51.028)
COFINS sobre vendas	(275.412)	(235.040)
ICMS sobre vendas	-	(60.442)
Total das deduções	(335.206)	(346.510)
Receita Líquida	3.305.362	2.752.810

17. COMPROMISSOS

Para compromissos relativos à compra e venda de gás, vide notas explicativas nº 6 e 11.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta-se a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2018	2017
Custo do gás vendido	(2.216.501)	(1.516.003)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 2.9.1)	(16.722)	(6.634)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay / PRME	(932.172)	(1.126.722)
Amortização do intangível e do diferido	(10.440)	(9.684)
Despesas com pessoal	(19.411)	(16.677)
Serviços de terceiros	(1.818)	(1.954)
Aluguéis	(379)	(1.320)
Despesas gerais	(3249)	(2.289)
Perdas de ativo imobilizado	(509)	(925)
Serviços públicos	(412)	(144)
Viagens	(669)	(475)
Material de uso e consumo	(424)	(853)
Impostos e taxas	(828)	(242)
Outros	(741)	(209)
Total	(2.378.256)	(2.684.131)

Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(3.158.259)	(2.651.557)
Custo dos serviços de construção	(16.722)	(6.634)
Despesas gerais e administrativas	(28.552)	(24.889)
Outras receitas (despesas)	(741)	(1.051)
Total	(3.204.274)	(2.684.131)

19. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2018	2017
Receita por recebimento em atraso	289.913	369.913
Rendimento de aplicação financeira	11.818	57.634
PIS/COFINS sobre receita financeira	(15.370)	(20.004)
Receita atualização Ação PB	26.095	-
Outras receitas financeiras	2.713	2.434
Total de receitas financeiras	315.169	409.977
Despesa Financeira		
Juros por pagamento em atraso	(266.199)	(382.592)
Encargos Eletrobras	(6.684)	(8.060)
Encargos Remam	(4.842)	(3.260)
Encargos Ação PB	(26.095)	-
Outras despesas financeiras	(94)	(90)
Total de despesas financeiras	(303.913)	(394.002)
Total do resultado financeiro	11.255	15.975

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta-se a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado A receita por recebimento em atraso e os juros por pagamento em atraso referem-se basicamente ao reconhecimento de juros pelo não recebimento no prazo das faturas emitidas para o cliente Amazonas Energia assim como pelo não pagamento das faturas do fornecedor Petrobras relativa à operação conexa de compra e venda de gás, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 5, 6, 10 e 11.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

20.1 Diferido

Ativos

	31/12/2018		31/12/2017
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	18.917	(1)	14.340
Provisão para perda de crédito - Processo LJA	9.311		9.311
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados	1.494		1.441
Total das provisões tempórarias	29.721		25.093
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%		34%
Impostos de renda e Contribuição Social diferidos sobre provisões temporárias	10.105		8.532

(1) Refere-se aos valores que compõem a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo sendo: R$ 18.597 relativo à atualização do saldo do processo Reman; R$ 235 relativo a honorários de êxito advocatícios do auto de infração de impostos federais, sobre os aportes do Convênio; R$ 31 relativo a contingências trabalhistas e; R$ 54 relativo a processos cíveis. Vide nota explicativa nº 15.

Passivos

Imposto diferidos	31/12/2018	31/12/2017
PIS E COFINS (A)	754.954	644.320
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	78.446	76.327
IRPJ e CSLL sobre ajustes Lei 12.973/14 (B)	2.181	1.949
Total	835.581	722.596
(-) Ativo	(10.105)	(8.531)
Imposto diferido líquido	825.476	714.065

(A) A Companhia constituiu provisão de tributos diferidos calculados sobre os lucros e receita não realizados nas operações de distribuição de gás para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., de acordo com o artigo no 480 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 e com a lei nº 10.833/03, respectivamente.

(B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre as normas contábeis e fiscais relativas a ajustes oriundos da adoção inicial da lei nº 12.973, a qual será refletida nas apurações do lucro tributável até o final da concessão. O ajuste foi relativo à diferença entre a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, conforme nota explicativa nº 8.

Na constituição dos tributos diferidos ativos e passivos, foi utilizada a alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social de 34% para os ajustes que afetam apenas o lucro real (provisões temporárias e lucros) e a alíquota incentivada de 15,25% para aqueles que afetam tanto o lucro real quanto o lucro da exploração.

Resultado

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e o PIS e a COFINS diferidos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	2018	2017
Constituição de imposto de renda e contribuição social ativo	1.574	1.178
Constituição de imposto de renda e contribuição social passivos	(2.351)	(12.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado	(777)	(11.564)
PIS e COFINS diferidos passivos	(110.634)	(125.650)
Total de tributos diferidos registrados no resultado	(111.411)	(137.214)

O PIS e a COFINS diferidos foram registrados na demonstração do resultado do exercício no montante de R$ 110.634 (31 de dezembro de 2017, R$ 125.650) na linha de deduções de vendas que compõem a receita líquida.

20.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstramos a composição do imposto de renda e da contribuição social:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	112.343	84.654
Alíquotas normais - %	34%	34%
Impostos calculados à alíquota nominal	(38.197)	(28.782)
Incentivo fiscal do lucro da exploração	13.827	9.320
Outros	2.900	(402)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(21.470)	(19.864)

21. PARTES RELACIONADAS

21.1 Remuneração da administração

A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é representada abaixo:

Descrição	2018	2017
Honorários e encargos sociais	1.475	1.313

A Companhia não propicia a seus administradores benefícios de pós-emprego, de longo prazo nem plano de opção de ações. Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia.

22. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
Responsabilidade cível de administradores	10.000	13/06/2019
Responsabilidade cível geral	25.000	09/06/2019
Responsabilidade operativa de dutos de gás e outros	94.790	11/06/2019

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

Devido às características das operações da Companhia, inerentes ao mercado segmento de gás natural, a mesma concentra mais de 98% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 11 termoelétricas.

d) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Vencido (dias)				
31 de dezembro de 2018	A vencer	0 a 30	31 a 60	61 a 90	acima de 90	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	185.807	150.103	143.245	128.380	1.503.134	2.110.669
Confissão de dívida - CCD (*)	4.234.345	32.961	32.961	0	0	4.300.267
Convênio Eletrobras	0,00	2.536	2.391	2.376	129.594	136.897
Total	4.420.152	185.600	178.597	130.756	1.632.729	6.547.834

(*) Conforme notas explicativas nº 5.1, 5.2 e 5.3, o crédito relativo à CCD foi cedido pela Cigás à Petrobras, portanto esse saldo devedor será quitado diretamente pela Amazonas Energia para a Petrobras.

Conforme notas explicativas nº 1, 5, 6, 10 e 11, devido às características contratuais das operações da Companhia para a distribuição de gás para termelétricas, o contrato de compra e venda de gás é conexo ao contrato de fornecimento de gás. Os valores a pagar à Petrobras estão atrelados ao recebimento dos valores correspondentes da Amazonas Energia e da Breitener Tambaqui além de, conforme previsão contratual, após o transcurso de 45 (quarenta e cinco) dias, os créditos não recebidos da Amazonas Energia e da Breitener Tambaqui S.A. pela Cigás são automaticamente cedidos à Petrobras, independente da realização de instrumento específico.

A Petrobras ajuizou ação de cobrança em face da Cigás na comarca do Rio de Janeiro em que pugna pelo pagamento do montante de R$ 4.208, referente a encargos pelo suposto pagamento de nota fiscal em atraso e inadimplemento parcial pertinente ao volume de gás fornecido nos meses de outubro e novembro de 2010 para abastecimento das UTE's Jaraqui e Tambaqui. Em 23 de maio de 2017, a Cigás apresentou contestação refutando os argumentos da Petrobras e requerendo a improcedência do pedido.

e) Gestão do risco de capital

	2018	2017
Dívida de convênio	136.897	124.881
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(232.235)	(155.483)
Dívida líquida	(95.337)	(30.602)
Patrimônio líquido	162.735	141.794
Índice de alavancagem financeira - %	-59%	-22%

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não sofreu alteração. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 14).

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota Explicativa	2018	2017
Contabilização de reservas	14.1	13.827	9.320
Provisão para pagamento de dividendos	14.4	25.943	18.232

25. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 25 de março de 2019.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme citado na nota explicativa 1, a partir da cessão do contrato de fornecimento de gás para a AmeGT, notadamente com a celebração do Quinto Termo Aditivo a esse contrato, foram implementadas algumas medidas contratuais que reduziram o risco tributário, e também tornaram o gás mais competitivo. Destaca, especialmente, a redução da Parcela do Transporte para fins de equiparação à Tarifa do Transporte homologada pela ANP, redução esta que representará maior competitividade para o Gás Natural. O Quinto Termo Aditivo tornou-se eficaz em 11 de março de 2019.

Créditos

Realização

Diretoria Executiva

Coordenação geral

Assessoria de Planejamento (APLAN)

Apoio editorial

Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOI)

Apoio técnico

Gerências, coordenações e assessorias da Companhia

Coordenação editorial, layout e produção gráfica

Assessoria de Comunicação Institucional (ASCOI)

Foto de capa

Vista aérea do Passeio do Mindu | Acervo Cigás

Fotografias

Acervo Cigás

Agradecemos a todos os empregados envolvidos direta ou indiretamente na elaboração desta publicação.

Relatório de Anual de Sustentabilidade 2018

Informação pública 2019 Cigás All Rights Reserved

cigás Companhia de Gás do Amazonas